

MARIA DAS GRAÇAS DE ALENCAR

ESTUDO COMPARATIVO DA SINTAXE  
PRONOMINAL EM SÃO PAULO E PORTO  
ALEGRE

Campinas  
1998

MARIA DAS GRAÇAS DE ALENCAR

**ESTUDO COMPARATIVO DA SINTAXE PRONOMINAL EM SÃO PAULO E PORTO  
ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Departamento  
de Linguística da Universidade Estadual de  
Campinas como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Charlotte C. Galves

Campinas

1998

2012/04

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	
TOMBO N.º	37841
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	10/06/99
N.º CPD	

CM-00134298-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

AL25e

Alencar, Maria das Graças de  
Estudo comparativo da sintaxe pronominal em São Paulo e Porto Alegre / Maria das Graças de Alencar. — Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Charlotte C. Galves.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas , Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Pronome. 2. Língua portuguesa - Sintaxe. 3. Língua portuguesa - Gramática. I. Galves, Charlotte C.. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

*Ch. Galves*

---

CHARLOTTE C. GALVES

*Maria Eugenia Pinheiro Duarte*

---

MARIA EUGÊNIA L. DUARTE

*Maria Luíza Braga*

---

MARIA LUÍZA BRAGA

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Maria das Graças  
de Almeida

e aprovada pela Comissão Julgadora em  
02 / 12 / 98.

*Ch Galves*

---

À MINHA FAMÍLIA,  
A MEUS AMIGOS E  
A MEUS PROFESSORES

DEDICO ESTE TRABALHO.

## Agradecimentos

Este trabalho só foi possível graças à colaboração e compreensão de muitas pessoas. Gostaria de agradecer a todos os que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a realizar esta dissertação; em particular,

à prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Charlotte Galves que se mostrou, desde o princípio, além de uma orientadora competente, uma amiga compreensiva e incentivadora,

às professoras, Dr<sup>a</sup>. Maria Luiza Braga e Dr<sup>a</sup>. Mary Kato, que compuseram minha banca de qualificação, e que muito me auxiliaram na elaboração deste trabalho, dando preciosas contribuições tanto com respeito ao conteúdo quanto à sua organização,

a todos os demais professores, pelos cursos ministrados, aos quais tive o privilégio de assistir e que foram muito úteis para minha formação acadêmica,

ao CNPq, pela ajuda financeira,

ao Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, pela licença parcial concedida para a elaboração desta dissertação,

ao CEDAE, pela permissão para utilizar as transcrições do Projeto NURC,

ao Elton, da reprografia, pela simpatia com que sempre me atendeu

a Malu, pela maneira sempre carinhosa e amiga com que foi me ensinando e me ajudando desde os primeiros passos na teoria variacionista e pelos seus valiosos esclarecimentos, sugestões e incentivo,

às minhas amigas, Eliana Gonçalves e Elizabeth Gonçalves, pela amizade, carinho e ajuda no momento oportuno,

à minha amiga, Juceli Coelho, pela leitura deste trabalho, e, sobretudo, pelo carinho, incentivo e confiança que sempre me dedicou,

a minha família, pela compreensão, incentivo e torcida com que me acompanharam durante todo este curso de Mestrado.

e a todas as outras pessoas, não citadas, a quem estou profundamente grata pela ajuda que me prestaram.

## RESUMO

Mudanças ocorridas no português brasileiro vêm provocando um distanciamento cada vez maior entre as gramáticas brasileira e portuguesa. A perda do Princípio Evite Pronome bem como o uso da categoria vazia e do pronome lexical *efe* em posição objeto ilustram de forma bastante clara essa separação entre as duas gramáticas. Diversas pesquisas sobre o tema têm creditado essas mudanças superficiais a uma mudança mais profunda ocorrida no português brasileiro, a saber: o enfraquecimento da concordância.

Porém, um estudo de Monteiro (91) sobre o sistema pronominal brasileiro revela que a cidade de Porto Alegre é a cidade que menos se enquadra na mudança anunciada, enquanto São Paulo é a que mais se encaixa nas descrições feitas para o português brasileiro. Isto, aliado ao fato de Porto Alegre ainda fazer uso do pronome de 2ª pessoa, o que, a princípio, nos pareceu ser um indício de concordância forte, ou seja, de distinção gramatical entre as três pessoas do discurso e ao fato de São Paulo empregar muito frequentemente o pronome *você* e a expressão *a gente*, o que desencadeia a erosão do sistema flexional verbal, nos fizeram escolher estas duas capitais para estabelecer um estudo comparativo.

O presente estudo, baseado na fala de informantes do Projeto NURC (Norma **UR**bana **C**ulta), procura avaliar se as diferenças regionais atestadas por Monteiro (91) seriam evidências de que Porto Alegre apresenta uma gramática distinta da descrita para o português brasileiro, permanecendo fiel à gramática portuguesa ou se as diferenças observadas constituem apenas variações permitidas no interior de uma mesma gramática ou ainda se seriam apenas reflexos de uma diferenciação no nível de implementação da mudança.

## SUMÁRIO

	página
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS.....	I
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
1.1 Revisão Bibliográfica.....	5
1.2 Metodologia.....	33
CAPÍTULO 2 - FATORES SOCIAIS E LINGÜÍSTICOS	
2.1 Fatores Sociais da amostra.....	34
2.2 Fatores lingüísticos da amostra.....	36
CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	
3.1. Introdução.....	45
3.2. O sujeito.....	45
3.3. O objeto.....	75
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	91

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

### Gráficos

	Página
Presença de sujeito em SP e POA.....	48
Presença de sujeito em função da pessoa.....	52
Preenchimento e animacidade.....	57
Terceira pessoa vs. animacidade.....	58
Presença vs. distância do antecedente.....	63
São Paulo e Porto Alegre: índice de retenção pronominal do objeto.....	77
Objeto nulo: quadro comparativo.....	79
Preenchimento vs. localidade.....	81

### Tabelas

Tabela I - Distribuição geral dos pronomes sujeito.....	49
Tabela II - Porcentagem de presença de sujeito em função da pessoa gramatical nas duas cidades.....	53
Tabela III - Dados retirados da Tabela 3.8 de Duarte (95).....	53
Tabela IV - Porcentagem de preenchimento do sujeito em relação à pessoa e ao caráter +/- animado do referente.....	59
Tabela V - Preenchimento do sujeito em função da pessoa e distância do antecedente.....	64
Tabela VI - Porcentagem de sujeito nulo em função da pessoa gramatical e animacidade.....	64
Tabela VII - Porcentagem de sujeito nulo em função da distância do antecedente e animacidade.....	65

Tabela VIII - Ausência de sujeito em função do tipo de oração em POA.....	67
Tabela IX - Ausência de sujeito em função do tipo de oração em SP.....	67
Tabela X - Fatores co-relacionados com a ausência de sujeito em SP selecionados no <b>stepup</b> .....	69
Tabela XI - Fatores co-relacionados com a ausência de sujeito em POA selecionados no <b>stepup</b> .....	70
Tabela XII - Porcentagem de sujeito nulo nas variáveis sociais pesquisadas.....	71
Tabela XIII - Número de ocorrências dos pronomes <b>você</b> e <b>a gente</b> em orações relativas.....	73
Tabela XIV - Distribuição geral dos pronomes em posição objeto.....	76
Tabela XV - Fatores co-relacionados com o objeto nulo selecionados no <b>stepup</b> nas duas capitais.....	78
Tabela XVI - Ausência de objeto e variáveis sociais.....	83

## INTRODUÇÃO

O sistema pronominal no português brasileiro vem sendo objeto de diversas pesquisas na área da lingüística, estudos estes feitos sob várias abordagens teórico-metodológicas. Este trabalho vem se juntar a estes estudos, desejando trazer alguma contribuição para que o entendimento do nosso sistema pronominal seja cada vez mais amplo.

Em recentes pesquisas sobre o tema, tem-se comprovado aquilo que já se vinha observando empiricamente com relação ao distanciamento entre o português de Portugal e do Brasil, ou seja, notamos claramente que o sistema pronominal do Português Brasileiro (doravante, PB) e principalmente seu uso na comunicação diária se encontram bastante diversos dos do Português Europeu (doravante, PE).

Tais diferenças entre os dois dialetos nos remetem a um estudo de Tarallo (93) no qual nos é proposto que mudanças ocorridas no final do século XIX atestariam a emergência de uma gramática brasileira, diferenciando-se radicalmente da gramática do PE, dentre aquelas mudanças estaria justamente a do uso pronominal. Neste estudo de Tarallo, observamos que há um aumento na porcentagem da retenção pronominal do sujeito em oposição a uma diminuição do uso pronominal na posição de objeto no decorrer do tempo, tornando-se praticamente categórica no século XX, conforme podemos verificar com a reprodução da tabela 3, pág. 84:

TEMPO	1725	1775	1825	1880	1981
FUNÇÃO					
Sujeito	23,3	26,6	16,4	32,7	79,4
Objeto	89,2	96,2	83,7	60,2	18,2
(PPs)	96,5	98,9	91,3	72,9	44,8

Tabela 3: Resumo da **porcentagem** de retenção pronominal

Na verdade, o aumento na retenção do sujeito já podia ser inferido em Galves (87) quando de sua análise sobre a interpretação das categorias vazias em posição sujeito. Ela declarava que o elemento de concordância da 3ª pessoa em PB não era suficiente para atribuir referência determinada ao sujeito nulo e que, nas frases com tempo finito, o pronome lexical *ele / ela* tornava-se quase obrigatório para resolver a ambigüidade entre determinação e indeterminação. Como podemos conferir no quadro abaixo retirado de Galves (87), pg. 37, quadro II, no qual a autora compara os fatos do PB e do PE:

	<i>PE</i>	<i>PB</i>
<b>Determinado</b>	Usa saia	Ela usa saia
<b>Indeterminado</b>	Usa-se saia	Usa saia

Este texto de Galves traz análises bastante interessantes para nosso trabalho, motivo pelo qual será tratado com profundidade mais adiante.

Ao lado de estudos como os citados acima em que se procura traçar um paralelo entre PB e PE, encontram-se também os que se detêm mais especificamente sobre o sistema pronominal do PB. Um deles em especial, e particularmente interessante para esta dissertação, é o trabalho de Monteiro (91). Seu objetivo central era apresentar uma descrição abrangente sobre o sistema pronominal brasileiro, à luz da metodologia quantitativa-variacionista laboviana. Para a realização deste trabalho o autor se utilizou do corpus compartilhado do Projeto NURC (Norma URbana Culta), cujo objetivo é estudar a norma lingüística falada culta do Brasil. Coletando dados sobre Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, Monteiro procura descrever o quadro atual dos pronomes pessoais no PB. Dentre suas observações, a que mais nos chamou a atenção diz respeito ao item denominado variação diatópica apresentada na pag. 214 em que ele diz, textualmente, a respeito dos pronomes sujeito "Os cálculos de freqüência e probabilidade revelam uma divergência devida à origem do falante. Porto Alegre é a cidade onde menos se usa o pronome, acusando

uma probabilidade de 0.47" . Porém, apesar de dizer que as probabilidades de ocorrência do pronome em função da diversidade regional serem bem mais baixas do que o input de 0.62, ele considera o fato significativo. São Paulo, por sua vez, apresenta uma probabilidade de 0.52, a mais alta entre as capitais pesquisadas por Monteiro, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Mais adiante, Monteiro faz outra revelação interessante a respeito da diversidade regional ao analisar os pronomes sujeito e objeto. De acordo com seus estudos, São Paulo (doravante, SP) é a cidade onde *mais se omite o pronome objeto e mais se emprega o sujeito pronominal* e, no outro extremo, Porto Alegre (doravante POA) é onde *menos se emprega o sujeito pronominal e a segunda no uso de objeto pronominal* (pg. 271). Este fato atestado por Monteiro coloca algumas questões fundamentais que poderiam ser formuladas a partir dos textos citados até o momento; por exemplo: por que, apesar de Tarallo (93) e Galves (87) apontarem a retenção pronominal do sujeito como uma das características da emergente gramática brasileira, Monteiro encontra uma tendência ao não emprego do sujeito pronominal nos dados de POA, em oposição aos dados de SP? Apesar da evolução lingüística não se processar em tempo e espaço idênticos, podemos indagar também a razão pela qual SP se encontra mais próxima à descrição do PB que POA e quais fatores estariam relacionados a essas divergências nos dados.

Pesquisaremos neste trabalho os pronomes em posição sujeito e objeto, procurando traçar um paralelo entre as diferenças regionais atestadas em SP e POA e as diferenças entre PB e PE, por entender que os dados apresentados por Monteiro colocam algumas questões bastante significativas neste aspecto.

A princípio, partiremos do pressuposto de que as diferenças observadas por Monteiro realmente se verificam na língua falada culta de POA e SP e, para explicar o porquê dessas variações, assumiremos a hipótese de Galves (93) sobre o enfraquecimento da concordância em PB. De acordo com esta hipótese, mudanças sintáticas ocorridas no final do século XIX são explicadas pela fraqueza do elemento de concordância no PB, o qual não é capaz de marcar a oposição entre as três

pessoas do discurso. Teríamos desta forma um sistema binário, ou seja, haveria somente a distinção entre a pessoa (1ª) e a não-pessoa (2ª e 3ª).

Ao lado disso, porém, conforme o relato de Monteiro, nas gravações de POA, e somente nas gravações de POA, a forma **tu** (2ª pessoa) ocorreu explicitamente. Esta presença do pronome de segunda pessoa é muito importante, pois pode nos indicar um caminho de análise para o suposto comportamento diferenciado de POA, além de nos permitir testar a hipótese de Galves (93), a qual discutiremos mais profundamente no decorrer do trabalho.

Em resumo, a idéia principal defendida nesta dissertação, a partir das observações apresentadas até agora, é a de que teria ocorrido em PB uma mudança nos mecanismos de expressão da referência pronominal no final do século XIX, ou seja, uma reorganização profunda no sistema pronominal. Quanto a POA, no entanto, se a existência da segunda pessoa realmente fizer parte de um processo produtivo naquela variante lingüística, esperamos que seu comportamento em relação à organização de seu sistema de referência pronominal seja totalmente diverso daquele previsto para SP.

O trabalho está assim organizado: o primeiro capítulo apresenta resenhas de estudos sobre o assunto e a metodologia empregada. O segundo capítulo traz o levantamento dos fatores sociais e lingüísticos relacionados com a realização da variável em estudo bem como a descrição dos dados da amostra. O capítulo III apresenta os resultados obtidos e uma análise dos mesmos. A conclusão encontra-se no capítulo IV.

## **CAPÍTULO I**

### **1.1. Revisão Bibliográfica**

Nesta parte da dissertação, estaremos apresentando alguns estudos sobre os pronomes sujeito e objeto, alguns deles já considerados "clássicos" dentro da literatura. Existe uma infinidade de teses e artigos sobre este tema . Devido à quantidade imensa de textos existentes, torna-se impossível revisar todos eles. Portanto, apresentaremos a seguir apenas alguns trabalhos e estamos cientes de que, infelizmente, tivemos que deixar vários "clássicos" de lado. A seleção dos textos foi feita levando-se em conta simplesmente a ligação deles com nossa pesquisa. Os textos comentados seguem diferentes referenciais de análise: os variacionistas de Duarte (86) e Monteiro (91); os gerativistas como os de Galves (87),(89), (93)e (97)) e de Raposo (86); e o de Negrão e Müller (96) que segue a metodologia proposta por Tarallo e Kato (89), em que se defende a possibilidade de uma interação entre a metodologia gerativa e a variacionista.

O texto de Duarte (86) busca fazer um levantamento das formas pelas quais um objeto direto co-referente a um SN já mencionado no discurso pode ser realizado. Este estudo segue o modelo de pesquisa sociolinguística desenvolvido por Labov (1972). O corpus utilizado por Duarte é composto basicamente de entrevistas com informantes paulistanos (40 horas), da fala veiculada pela televisão (4 horas de novelas e 4 de entrevistas) e de 38 textos escritos por alunos de 2<sup>o</sup> grau. Duarte nos relata que,

depois de computadas todas as ocorrências de objeto anafórico de seu corpus, foram atestadas as seguintes variantes:

a) Uso de clítico acusativo: Ex. **Ele** veio do Rio só para me ver. Então eu fui ao aeroporto buscá-**lo**.

b) Uso de pronome lexical: Ex. **Esse** **carinha**, ele morava umas duas, três quadras acima, sabe? E todo mundo conhecia **ele**.

c) Uso de categoria vazia (**e**): Ex. Era um problema de tráfico também. Consumiram com **o filho dele**. Primeiro foi seqüestro e parece que eles não conseguiram pagar o resgate. Aí mataram (**e**).

d) outras

1- SNs lexicais: Ex. Eu vou me casar com **o seu pai**. Eu amo **o seu pai**.

2- SNs lexicais com determinante modificado: Ex. (E **o** dinheiro?) Se pelo menos eu soubesse onde ele escondeu **esse** dinheiro...

3- Uso do pronome demonstrativo *isso*: Ex. No cinema **a ação vai e volta**. No teatro você não pode fazer **isso**.

Constatou-se que a **categoria vazia** é a variável de maior produtividade com 62,6% dos casos, em seguida vem **outras** com 17,1%, depois o pronome lexical com 15,4% e finalmente o **clítico** com apenas 4,9% e, baseada nestes dados, a autora conclui que "temos a constatação do desaparecimento do clítico na fala e a da produtividade do uso da categoria vazia". Mais adiante, pag.29, ela diz que a utilização da categoria vazia é altamente favorecida pelo traço (- animado) do antecedente e que, por outro lado, o traço (+ animado) favorece o preenchimento do objeto e se a este traço vierem associados fatores morfo-sintáticos, como por exemplo em estruturas frasais complexas nas quais o objeto funciona como sujeito da subordinada, há uma

preferência pelo preenchimento com pronome lexical. O aspecto semântico foi apontado como um fator bastante importante para o preenchimento/não preenchimento do objeto, portanto, será analisado também neste trabalho, visto que o traço + ou - animado revela uma referência mais ou menos forte, o que particularmente nos interessa nesta nossa pesquisa.

Duarte, em sua conclusão, comenta que a medida em que a faixa etária e escolaridade aumentam, a probabilidade do uso de pronome lexical de 3ª pessoa *ele* decresce, sendo preferível o uso de SN lexical; por outro lado, os mais altos índices de uso desse pronome lexical se encontram entre o grupo de informantes mais jovens e os mais velhos com baixo nível de escolaridade, os quais não usam o clítico. Com respeito à categoria vazia, diz a autora que já está impregnada na fala informal e formal, bem como em textos escritos.

Esta constatação quantitativa de Duarte sobre o uso da categoria vazia e o do pronome lexical *ele* em posição objeto no PB deu maior respaldo ao que Galves já vinha afirmando com respeito às diferenças sintáticas entre o PB e o PE. Em Galves (87), a autora procura retomar a distinção tipológica de Li&Thompson (76) entre línguas de tópico-comentário e línguas de sujeito-predicado e, assumindo a idéia de Eunice Pontes (81) de que o PB teria estruturas de língua de tópico-comentário, propõe que esta seja a diferença principal entre o PB e o PE e também entre o PB, de um lado, e as demais línguas românicas, de outro.

Galves mostra comparativamente as diferenças no uso do pronome *ele* em posição de sujeito e objeto em PE e em PB. Ela diz, com relação ao sujeito, que na variante portuguesa o pronome tem uso contrastivo, com exceção dos casos em que serve para desambigüizar uma concordância idêntica; mas em PB seu uso não tem nenhum valor particular e é preferível ao sujeito nulo. Em frases relativas o pronome é usado como um pronome lembrete em PB, o que é agramatical em PE, que somente admite uma categoria vazia em posição de sujeito de relativa. Uma outra estrutura bastante freqüente em PB é o uso do pronome logo depois de um SN sujeito, como no exemplo de Eunice Pontes, citado por Galves:

**“Essa competência *ela* é de natureza mental”**

Galves afirma que a essas particularidades de uso do pronome ***ele*** sujeito estão relacionadas diferenças interpretativas do sujeito nulo nos dois dialetos.

Com respeito ao uso do pronome ***ele*** em posição de objeto, a autora afirma que em PE só existe o uso de clíticos como recurso gramatical, o pronome *ele*, portanto, não aparece em posição objeto, como ocorre freqüentemente no PB, conforme constatou Duarte (86).

Como objeto de preposição, em estruturas relativas, enquanto o PB prefere o uso dos pronomes lembretes, o PE faz uso dos pronomes relativos. Em frases simples, acontece no PB algo parecido com o que ocorre nas relativas, ou seja, esse complemento da preposição é realizado com a forma pronominal ***ele*** co-referente a um SN já mencionado no início da oração, conforme ilustra o exemplo de Eunice Pontes, citado em Galves (87), pag.34, com o número (10):

**“A parte de cima do banco não é para sentar *nela*.”**

Ao analisar o uso de categorias vazias, Galves constata a existência de uma diferença na interpretação dos sujeitos nulos em PE e PB e propõe que esta interpretação diferenciada se deva ao emprego distinto das formas ***se*** e ***ele*** nesses dois dialetos; em frases finitas simples, por exemplo, o sujeito vazio em PB tende a receber uma interpretação indeterminada, enquanto em PE essa indeterminação tem que ser expressa pelo uso do pronome ***se***. Outro fato também bastante interessante nos é relatado sobre o sujeito das frases infinitivas, como a de número 21 da pag.37:

**“Você acha melhor [*e*] ir?”**

Em PB o sujeito de ***ir*** pode ser ***você*** mas também pode se referir a alguém de quem se fala. Em PE, segundo a autora, esta última interpretação é impossível. Galves diz que, para se conseguir uma interpretação independente do sujeito ***você***, seria obrigatório o uso do pronome lexical ou da desinência verbal de pessoa, ou seja, o

que de fato é importante é a presença de uma marca da pessoa, que pode ser dada tanto pelo pronome como pela concordância verbal, conforme podemos verificar através dos exemplos 23 e 25 citados por Galves na pag.38:

“Você acha melhor **ele** ir?”

“Você acha melhor **irmos**?”

Galves demonstra, através do primeiro exemplo, que em PE a 3ª pessoa no infinitivo não é interpretada como determinada, a menos que se use o pronome lexical; do contrário, ou essa 3ª pessoa será relacionada com um antecedente na frase ou então será indeterminada.

Frases infinitivas, como as do exemplo 21 citado acima, levam a autora a concluir que a 3ª pessoa do singular é indeterminada tanto em PE quanto em PB. A forma como é atribuída a referência determinada à 3ª pessoa, todavia, difere nos dois dialetos: em PE essa determinação somente se dá por um antecedente com função sintática na oração principal, enquanto em PB, além desse recurso, há também a possibilidade de determinar a 3ª pessoa vinculando-a ao tópico.

No que diz respeito às frases finitas, existe em PE a concordância verbal que é suficiente para assegurar a interpretação determinada; em PB, apesar de sempre ser possível uma interpretação vinculada ao tópico, ocorrem contextos em que esta interpretação fica prejudicada por alguma razão, então o uso do pronome lexical se torna necessário para restabelecer a marca de pessoa que assegura a determinação. Galves analisa que o pronome desempenha o papel da concordância, daí sua tendência a sempre aparecer, até mesmo em frases com SNs lexicais presentes.

Com respeito à categoria vazia em posição objeto, Galves aponta o uso comum em PB do objeto nulo tanto com antecedente presente no início da frase quanto com antecedente em frase anterior. Como nos exemplos 30 e 31 citados em Galves (87), pag. 41:

“(30) **A Belina** o Hélio levou (**e**) para a oficina”

“(31) Apanharam **as maçãs** e guardaram (**e**) no porão”

De acordo com a autora, em PE e nas outras línguas românicas, o uso do clítico é obrigatório em frases como as do tipo da 31. A idéia é a de que são justamente os traços pronominais do clítico que permitem a recuperação da identidade do antecedente. O que ocorre em PB é uma ligação direta entre o tópico e o objeto nulo, visto que aquele estaria sempre acessível, dispensando, portanto, o clítico como 'mediador' dessa relação. Este relacionamento, porém, pode ser explicitado através do uso de pronomes plenos, os quais trazem os traços pronominais concordando com o antecedente. A ligação direta do objeto nulo com o tópico está relacionado com a ausência de passiva, que é uma característica de línguas de tópico; a liberdade dos pronomes tônicos quanto às posições em que podem aparecer também é uma característica de línguas de tópico; o paralelismo observado entre as frases relativas e as simples pode ser explicado também nos mesmos termos, ou seja, as línguas de tópico têm uma estrutura frasal típica que se assemelha àquela proposta para as frases relativas. Baseando-se nesses argumentos, Galves conclui que a diferença principal entre o PE e o PB se encontra no fato deste ser uma língua de tópico, ou orientada para o discurso, enquanto aquele se encaixa em línguas de sujeito predicado, ou orientada para a sentença.

Galves vinha apontando em seus trabalhos diferenças bastante significativas entre o PE e o PB. Neste sentido, o texto de Raposo (86) trouxe uma contribuição importantíssima para o desenvolvimento de suas pesquisas, que passaram a se concentrar mais especificamente sobre o objeto nulo.

Raposo (86), utilizando-se do quadro teórico da gramática gerativa, inicia seu artigo defendendo a existência de objeto nulo no Português Europeu (PE). Segundo ele, este objeto nulo é uma categoria vazia cujas propriedades a definem como uma variável, isto é, ligada localmente a uma posição  $\bar{A}$ . Esta categoria vazia é resultado da aplicação de movimento de um PRO, gerado em estrutura D em posição argumental, até a posição COMP. Este movimento é exigido pela própria teoria da ligação uma vez que ela estipula que PRO não pode ser governado em estrutura S e a posição de

objeto é uma posição governada. PRO, desta forma, tem que sofrer movimento. A única posição possível para PRO é COMP, onde PRO se torna um operador nulo. O traço deixado por este movimento é uma categoria vazia, ligada localmente a um operador nulo na posição de COMP da oração principal e é, assim, uma variável.

As propriedades lingüísticas que o levam a definir a categoria vazia como variável decorrem do fato de que em PE esta categoria vazia se comporta de forma idêntica àquela que se obtém através de movimento de sintagma QU, a qual é indubitavelmente uma variável, ou seja: a) está sujeita às restrições de subjacência; b) ao filtro do COMP duplamente preenchido e c) à possibilidade de adicionar um lacuna parasítica a uma sentença com objeto nulo. As frases abaixo são exemplos considerados agramaticais no PE por Raposo:

#### a) Subjacência

##### *NP complexo*

- a conversa sendo sobre documentos importantes

\* Eu informei à polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado (e) no cofre da sala de jantar.

- a conversa é sobre bolos deliciosos que estão em cima da mesa

\* O rapaz que trouxe (e) agora mesmo da padaria era seu afilhado.

##### *Sujeito sentencial*

- a conversa é sobre um novo computador pessoal da IBM

\* Que a IBM venda (e) a particulares surpreende-me.

##### *Extração de Adjuntos (oração adverbial, por ex.)*

a conversa é sobre o famoso mapa que indica a localização das jóias

\* O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado (e) cuidadosamente no cofre.

*Ilha QU-*

\* Eu sei [ em que cofre] o Manuel guardou (e) t.

b) Filtro do COMP duplamente preenchido

\* Quando é que o Manuel vai oferecer ao Antônio (e) t ?

\* Para qual dos filhos é que a Maria comprou (e) t ?

c) Lacunas parasíticas

\* Vi (e) na TV sem reconhecer *lp*

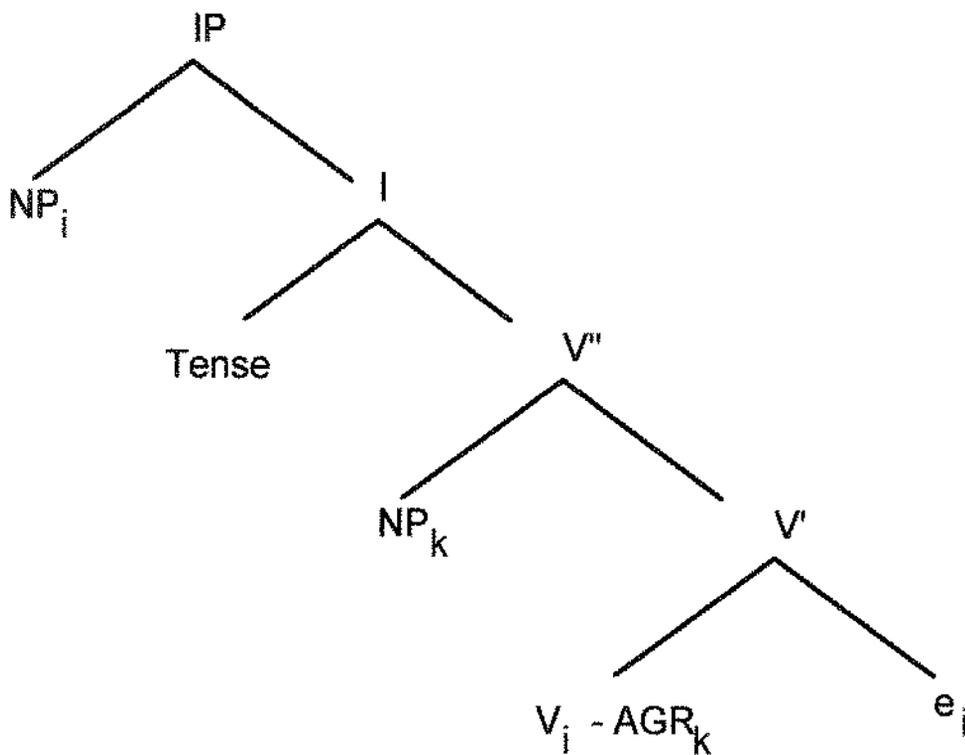
\* Arrumei (e) na estante sem sequer ler *lp*

Com estes exemplos e com sua boa argumentação teórica, Raposo analisa muito bem o tema do objeto nulo para o PE, todavia suas colocações não trazem nenhuma explicação do fenômeno do objeto nulo no PB, pois, como pudemos observar, estas frases são perfeitamente aceitáveis no Português do Brasil.

Esta divergência entre os dados do PB e do PE provocou um questionamento por parte dos pesquisadores no sentido de procurar uma explicação para tais fatos. Foi neste cenário que surgiu o artigo de Galves (89) cujo objetivo era fazer uma síntese sobre a trajetória da pesquisa a respeito do objeto nulo. Este texto foi elaborado dentro do quadro teórico da Teoria Gerativa, o qual se modificou muito ao longo do tempo, porém, as intuições da autora sobre o fenômeno lingüístico em questão ainda se mantêm absolutamente pertinentes. Para comentar seus trabalhos mais recentes, procurando, neste sentido, fazer uma atualização de Galves (89), ou seja, contar um pouco sobre como prosseguiu o percurso daquela pesquisa, utilizaremos os textos de 89, 93, 94 e 97.

Galves (89) nos conta um pouco de sua história na pesquisa do objeto nulo. Ela inicia seu relato nos dizendo que a partir do texto de C.T. J. Huang "On the Distribution and Reference of Empty Categories" (1984) descobre, para sua surpresa, que o PB é parecido com o Chinês. Huang observa que a relação entre o parâmetro do sujeito nulo e a riqueza de AGR parece não ser tão íntima como se postulava; pois, no Chinês, embora os verbos não apresentem marcas de concordância, há categorias vazias, e não somente em posição de sujeito como também na de objeto. Huang propôs, então, a existência de um outro parâmetro relacionado com a possibilidade de ocorrência de categoria vazia, a saber, aquele que distingue as línguas entre as que aceitam a ocorrência de tópico nulo e as que não aceitam. Este parâmetro está inserido dentro de outro mais amplo, qual seja, o que diz respeito à classificação tipológica das línguas em "orientadas para o discurso" ou "orientadas para a sentença". Portanto sua análise para os fatos do Chinês é a seguinte: ele considera que a categoria vazia objeto é uma variável ligada a um tópico nulo em posição  $\bar{A}$ . Uma diferença, portanto, entre línguas como o Francês e o Inglês, de um lado, e PB e Chinês, de outro, é que estas duas últimas aceitam um tópico nulo em posição  $\bar{A}$  ligando uma variável e as duas primeiras, não. Este ponto constitui, então, um parâmetro sobre o qual as línguas podem variar: línguas que admitem o tópico nulo são chamadas de "orientadas para o discurso". Neste ponto do texto de Galves, ocorreu-nos uma pergunta, qual seja: Como explicar que o PE, não sendo considerado língua de tópico, permite a mesma análise do objeto nulo proposta para o chinês que é língua de tópico, ou seja, um tópico nulo em posição  $\bar{A}$  ligando uma variável? Será que o PE apenas tem fixado positivamente o parâmetro que diz respeito à possibilidade de tópico nulo e negativamente aquele que se refere à sua classificação tipológica em língua de tópico? Não sabemos como a teoria gerativa explica esta questão, mas parece-nos que uma resposta afirmativa para a última questão seria plausível e capaz de explicar o porquê línguas tão distintas quanto o PE e o Chinês teriam a mesma análise para o objeto nulo.

A análise de Huang parecia, a princípio, bastante boa para o Português, pois, como já foi colocado acima, Galves postulava que o PB era uma língua orientada para o discurso, ou seja, língua de tópico. Porém, ao tomar conhecimento do texto de Raposo, o qual já revisamos acima, Galves nota que a análise de Raposo(86) para o PE, baseada nas idéias de Huang, não podia dar conta dos dados atestados em PB. Algumas diferenças significativas entre os dados do PB e do PE não permitiam que fosse mantida a mesma análise. Raposo dá como agramaticais frases perfeitamente bem formadas no PB, porque havia alguns aspectos teóricos colocados em jogo, como por exemplo as restrições de subjacência, que eram respeitadas pelo objeto nulo em PE, todavia ignoradas pelo objeto nulo no PB. Estes fatos faziam com que a análise da categoria vazia como variável ficasse bastante comprometida para o PB; a princípio, Galves propõe que a categoria vazia no PB fosse considerada como anáfora; porém, como esta análise não dava conta da natureza pronominal da categoria vazia, Galves assume, então, que o objeto nulo em PB é pro. Esta categoria vazia é uma categoria híbrida, pois tem que ser livre e dependente ao mesmo tempo, ou seja, livre quanto a teoria da ligação e dependente quanto a teoria temática. Segundo a autora existem dois lugares de sujeito: um interno a V", e outro externo a INFL", e é este sujeito externo que satisfaz o papel temático. O domínio das relações de dependência da teoria temática é desta forma mais amplos que os da teoria da ligação. Então, no que se refere à teoria da ligação, a categoria vazia objeto definida como pronominal, está livre, uma vez que é em V" que a teoria da ligação é satisfeita; mas, no que se refere à teoria temática, é dependente, pois o sujeito externo é o que conta para essa relação. A árvore abaixo extraída do texto de Galves ilustra essas relações:



Observamos que a autora propõe que o sujeito ( $NP_k$ ) fosse gerado interno a  $V'$  e haveria ainda uma posição no especificador de IP para o sujeito externo.

A teoria gerativa se modificou bastante, como já ficou dito acima, porém a idéia da possibilidade de existência de duas posições de sujeito bem como a de que a categoria vazia em posição objeto seria de natureza pronominal ainda estão presentes nos trabalhos posteriores de Galves (93) e (94).

O texto de 93 trata fundamentalmente da hipótese de Tarallo (92), de acordo com a qual, mudanças ocorridas na sintaxe do PB no final do século XIX atestam a emergência de uma gramática brasileira que se distingue radicalmente da modalidade européia. Galves basicamente retoma os dados apresentados por Tarallo e procura analisá-los dentro do quadro teórico gerativista.

A primeira mudança comentada por Galves foi a da modificação do sistema pronominal. Ela analisa a tabela de Tarallo (92) já reproduzida por nós aqui, na qual se observa uma inversão total nos valores da retenção pronominal no século XX, ou

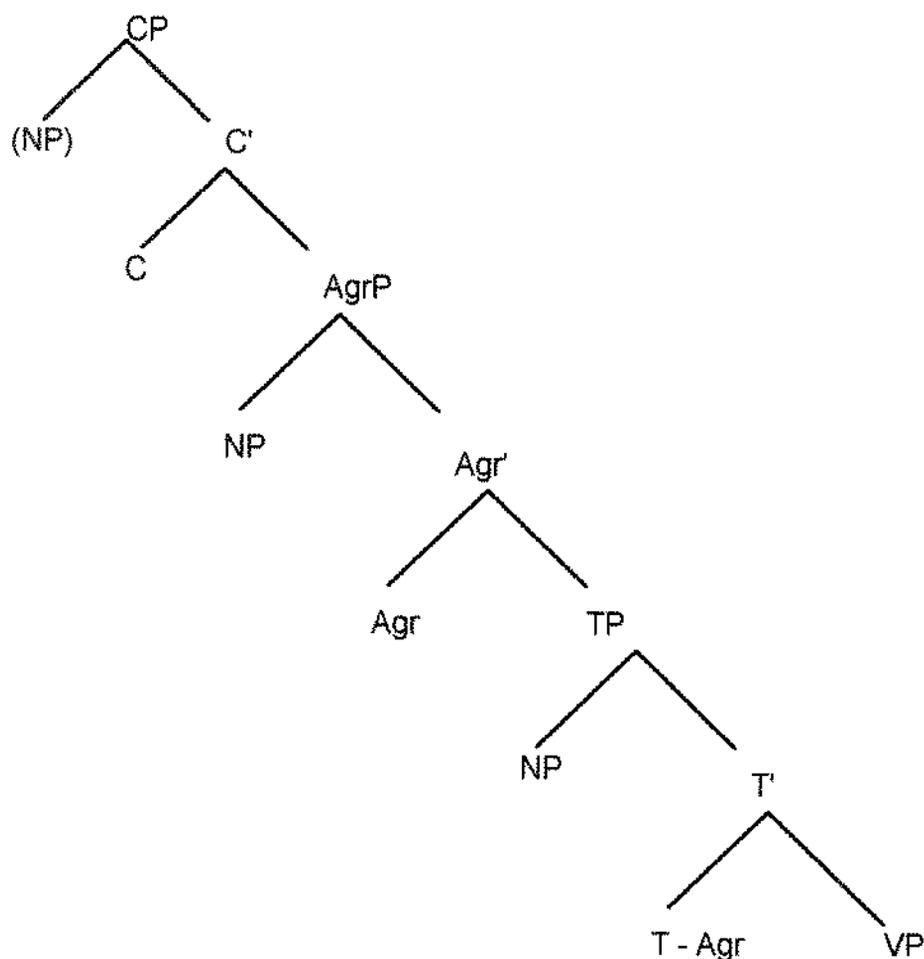
seja, em 1880 a retenção pronominal na posição de sujeito era de 32,7% e na de objeto era de 60,2% , em 1981 esses valores seriam de 79,4% e de 18,2%, respectivamente. Galves afirma que essa inversão tão drástica no preenchimento pronominal do sujeito e do objeto aponta uma mudança qualitativa de gramática e não apenas uma variação produzida dentro de uma mesma gramática. Para fortalecer tal idéia e demonstrar que a mudança teve início no final do século XIX, Galves cita também outros estudos. Ela começa com Raposo (86) para deixar claro que o objeto nulo do PB tem um comportamento totalmente diferente daquele encontrado em PE, conforme já tivemos oportunidade de verificar. Esse comportamento típico do objeto nulo em PB, ou seja, como pronome nulo, foi atestado por Cyrino (90) já na segunda metade do século XIX. Galves considera este fato como uma evidência suficiente, aliada aos dados de Tarallo (92), para afirmar que já havia realmente ocorrido uma mudança qualitativa de gramática no século XIX ou seja, uma gramática própria do Brasil já estaria em vigor. Um aspecto que Galves considera interessante é o fato de que as primeiras ocorrências do pronome tônico em posição objeto apareceram, no corpus de Cyrino, na mesma época em que o uso de pronome nulo foi atestado.

Segundo a autora, os clíticos são um dos aspectos mais fascinantes da emergência da gramática do PB, e apresenta os dados de dois trabalhos diacrônicos sobre o assunto: o de Pagotto (92) e o de Cyrino (90) para analisar a sintaxe de colocação dos clíticos. Os dados do corpus de Pagotto (92) foram colhidos de cartas que, mesmo sendo um estilo escrito informal, retratam a modalidade escrita da língua; e, por outro lado, os dados de Cyrino (90) foram colhidos de peças de teatro, que, por se tratarem de textos feitos para serem representados, falados enfim, se relacionam mais de perto com a fala oral. Nos dados de Pagotto, observa-se um aumento da ênclise no século XIX, o que parece ir de encontro com a tendência do PB moderno de próclise, porém esta aparente contradição, de acordo com Galves, pode ser explicada pela pressão da norma portuguesa na escrita, uma vez que nos dados de Cyrino essa contradição quase não é sentida. As primeiras ocorrências de próclise a imperativos e a tendência de próclise sistemática com infinitivo flexionado aparecem dentro do

corpus de Cyrino no final do século XIX. Porém, o aparecimento da próclise ao verbo principal em locuções verbais, e não em ênclise ao auxiliar, é atestado antes do final do século XIX tanto nos dados de Cyrino como nos de Pagotto: Cyrino atesta essa variante na 1ª metade do século XIX e Pagotto, já no século XVIII (cf. Galves (93), pág. 394, tabela 7). Além da tendência proclítica dos clíticos, Pagotto apresenta outro dado revelador da mudança: a queda significativa no número de clíticos que cai de 80 em média nos séculos anteriores para apenas 31 no século XIX. Essa queda afeta principalmente os clíticos de 3ª pessoa que cai de 20 ocorrências em média nos séculos anteriores (25% das 80 ocorrências) para apenas 3 no século XIX (aproximadamente 10% das 31 ocorrências). De acordo com Galves, o aumento do objeto nulo pronominal e o aparecimento do pronome tônico em posição objeto se articulam com a diminuição da freqüência dos clíticos e à sua colocação diferente na oração.

Um outro aspecto interessante comentado por Galves é a diminuição do uso da concordância em estruturas com **se**. Ela cita os trabalhos de Nunes (90, 91) cuja proposta é a de que essa discordância entre o verbo e o argumento interno em passivas pronominais seja um indício de que existe uma tendência de interpretar o pronome **se** como indeterminador e não mais como apassivador. Segundo Nunes (90), a falta de concordância do verbo com o argumento interno aumenta de 19% no século XVIII para 62% no século XIX. Mais uma vez, para reforçar a hipótese de que também esses números apresentados por Nunes traduzem de fato uma mudança de gramática, a autora relata que Nunes procurou em seu corpus as primeiras ocorrências do tipo de estrutura descrita em Galves (87), ou seja, aquelas em que a interpretação indeterminada do sujeito nulo é possível mesmo sem a presença do **se** e constatou que essas primeiras ocorrências se deram justamente no século XIX. Galves afirma que este fato demonstra que o elemento de concordância sofreu uma reanálise que permitiu que a 3ª pessoa pudesse receber interpretação indeterminada e acredita que esta reanálise esteja na base da mudança gramatical do PB.

A proposta de Galves é a de que existe apenas uma mudança profunda a desencadear esse conjunto de fenômenos discutidos até agora. Ela propõe que o elemento de concordância da flexão em PB é fraco, isto significa dizer que a concordância não contém os traços de pessoa, ou seja, a flexão verbal não é capaz de explicitar a oposição entre 1ª, 2ª e 3ª pessoas gramaticais, mas somente a oposição entre a pessoa (1ª) e a não-pessoa (2ª e 3ª), articulada aos traços de singular/plural. Ela relaciona esse fato ao da existência de uma concordância fraca morfológica (ausência de 2ª pessoa) e semanticamente (possibilidade da interpretação indeterminada da 3ª pessoa singular). A partir desse ponto ela passa a uma análise da estrutura da oração em PB. De acordo com ela, o enfraquecimento da concordância teria provocado uma reestruturação da oração. A idéia é basicamente a de que em línguas com concordância forte o sujeito se encontra numa posição mais alta do que em línguas de concordância fraca; essa noção de posição mais alta e mais baixa se baseia na concepção chomskiana de representação abstrata da oração em forma de 'árvore'. Numa língua de concordância forte o verbo deve subir de T (tempo) para AGR (concordância), a qual se encontra numa posição mais alta na árvore, para receber as marcas de pessoa e o sujeito desse verbo receberia o caso nominativo na posição de especificador de AGR; mas, em línguas de concordância fraca, não há razão para o verbo subir para AGR e o sujeito recebe o caso nominativo na posição de especificador de T, numa posição mais baixa, portanto. Desta forma, o especificador de AGR pode ser um lugar para a geração de um outro sintagma nominal que poderia ser interpretado como sujeito e cujo predicado seria a oração, a qual pode perfeitamente conter um pronome correferente com ele. A árvore a seguir, extraída de Galves (93), ilustra bem esta questão:



Galves afirma que é essa estrutura o que torna possível a associação da emergência do objeto nulo com o enfraquecimento da concordância: o elemento de concordância abstrato que domina a oração legitima um tópico nulo que liga a categoria vazia objeto e permite que ela seja referencialmente identificada.

A hipótese do elemento de concordância fraco em PB também explica a transformação pela qual passou o clítico e legitimação do pronome lexical **ele** em posição objeto. Estes dois temas são discutidos mais especificamente em Galves (94) e (97).

No texto de 94, Galves faz uma descrição morfo-sintática dos clíticos em PB. Ela se utiliza dos dados de Monteiro (91) e de Abaurre e Galves (92) coletados do corpus compartilhado do Projeto NURC. A princípio, ela observa a ocorrência dos

pronomes segundo sua forma e nota que o pronome **me**, desconsiderando-se o **se**, ocorre com uma frequência muito maior que a dos outros pronomes, ou seja, de forma bastante desproporcional. Observa também pouca ocorrência do clítico de 3ª pessoa. A fim de estabelecer uma comparação entre os dados do PB e do PE, ela decide utilizar um corpus do Projeto do Português Fundamental que representaria o PE. Ela constatou com esta comparação que o pronome **se** é o mais numeroso nas duas variantes; porém, enfatiza que se essas ocorrências fossem analisadas segundo a função que esse pronome desempenha, encontraríamos uma sensível diferença em sua repartição, ou seja, enquanto em PB o uso mais freqüente do **se** é com verbos pronominais (2/3) seguido pelo uso de indeterminador do sujeito, segundo a autora fortemente favorecido pela situação de produção das entrevistas, em PE a função de indeterminador é a que domina (40/81) e menos da metade é aquela com verbos pronominais. Com respeito aos dois usos dominantes do pronome **se** em PB, Galves enfatiza que eles são bastante instáveis e de que a tendência deles é de apagamento; pois, com os verbos pronominais existe uma flutuação muito grande quanto ao uso ou não do pronome, às vezes na fala de um mesmo informante; e, quanto à função de indeterminador do sujeito, já vimos acima que o sujeito nulo seguido de um verbo na 3ª pessoa é suficiente para indicar referência indeterminada. Ela conclui então que o pronome mais freqüente no PB pode ser considerado também o mais instável.

Quanto ao pronome **lhe**, ela observa que em PB este pronome corresponde ao caso oblíquo do pronome de tratamento **você** e não como em PE, em que corresponde ao pronome de 3ª pessoa **ele**. Se fossem somadas as ocorrências do pronome de 3ª pessoa **lhe** e as de **o/a** presentes no corpus do PE, teríamos aproximadamente a metade do total de ocorrências de clíticos pessoais (47 de 97) enquanto que no corpus do PB a 3ª pessoa só é expressa pelo clítico **o/a**, que aparece apenas 10 vezes de um total de 67 clíticos pessoais. Este termo 'clíticos pessoais' significa aqui clíticos referenciais de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, excluindo-se portanto o pronome **se**.

Ela observa também uma presença exagerada do pronome de 1ª pessoa e uma quase ausência do pronome de 2ª e comenta que estes fatos podem ser explicados

pela maneira como as entrevistas foram produzidas, ou seja, o informante era levado a falar de suas experiências pessoais, narrar histórias em que ele era o personagem principal e, mesmo em diálogos entre informantes, a interação era bastante artificial. Porém, colocando esta questão a parte, chamou a atenção da autora o fato de que em PE o contraste entre o número de ocorrências da 1ª pessoa do singular e da do plural é bem menor do que o observado em PB e, para tentar interpretar este fato, ela cita mais uma vez Monteiro (91) que já teria atestado essa menor frequência da 1ª do plural em comparação com a do singular em PB. Monteiro entende que este fato está relacionado ao uso cada vez mais frequente da forma alternativa **a gente**, a qual pode aparecer tanto como objeto direto ou indireto quanto como sujeito. Para mostrar que não é só o pronome **a gente** que pode aparecer em todas as posições sintáticas no PB, Galves apresenta um quadro com o paradigma pronominal brasileiro, o qual está reproduzido a seguir:

<i><b>nominativo</b></i>	<i><b>acusativo</b></i>	<i><b>dativo</b></i>	<i><b>oblíquo</b></i>
<i><b>singular</b></i>			
1 eu	me	me	mim
2 *tu/você	te/ você/lhe*	lhe/ a você	*ti/você
3 ele(ela)	ele(ela)/ o (a)	a ele(ela)	ele(ela)
<i><b>plural</b></i>			
1 nós/a gente	nos/a gente	nos/à gente	nós/a gente
2 vocês	vocês	a vocês	vocês
3 eles(elas)	eles(elas)/os(as)	a eles(elas)	eles(elas)
* uso dialetal			

Além da perda da oposição **tu/você**, que segundo Galves é fundamental para a mudança sintática que ocorreu no PB, a perda da distinção casual, exceto na 1ª pessoa do singular, é algo que chama a atenção porque permite uma alternância entre

a forma clítica e outras formas pronominais tônicas, as quais podem aparecer em qualquer uma daquelas funções sintáticas descritas no quadro. De acordo com a autora, essa falta de opção no caso da 1ª pessoa do singular, aliada ao aspecto discutido acima sobre as condições de produção das entrevistas, podem ser possivelmente os fatores que favorecem o alto índice de ocorrência desse clítico. Por outro lado, é possível, da mesma forma, relacionar a baixa ocorrência do clítico *o/a* com o fato de ele disputar a posição objeto com o pronome tônico e com o objeto nulo, o qual tem sido apontado, em estudos mais recentes, como uma estratégia a mais de anaforização do objeto direto. Neste ponto do texto, Galves volta a reforçar a diferença entre o objeto nulo atestado em PE daquele observado em PB, citando novamente Raposo (86).

A posição dos clíticos também é analisada neste texto e a conclusão a que se chega é a de que a tendência natural do PB é a próclise e de que os clíticos são fortemente atraídos pelo verbo que lhes atribui função temática. Todavia, os clíticos *o/a* constituem exceção, pois apresentam um comportamento diferente dos demais: tendem a aparecer enclítico ao verbo, em particular ao verbo no infinitivo; e, nas locuções verbais, são atraídos pelo verbo flexionado e não pelo que lhes atribui função temática, conforme ocorre normalmente com os outros. Com a finalidade de demonstrar que essas divergências observadas do ponto de vista sincrônico no comportamento dos clíticos em PB já vinham de longa data, mais precisamente desde o século XIX, Galves passa a analisar diacronicamente a mudança na colocação dos clíticos na frase e a diminuição drástica de suas ocorrências, tomando como base desta análise os trabalhos já mencionados de Tarallo (92); Pagotto (92) e Cyrino (93).

Depois dessa ampla descrição morfo-sintática do sistema pronominal do PB, Galves aponta como os fatos descritos são interpretados dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa. Nesta parte do texto, ela retoma a hipótese sustentada no trabalho de (93), de que o enfraquecimento do elemento de concordância está na origem da mudança gramatical que o português brasileiro passa no final do século passado.

Em Galves (97), encontramos também uma descrição do sistema pronominal brasileiro, porém com um enfoque particular sobre a realização da posição objeto. Ela cita um estudo de Cardinaletti e Starke (93-94), no qual se propõe uma tipologia dos pronomes, segundo a qual eles se dividem em independentes e deficientes. Porém, o especial interesse de Galves será de colocar em discussão uma distinção, no interior dos pronomes deficientes, entre pronomes fracos e clíticos, proposta por Cardinaletti e Starke, a partir do comportamento sintático especialíssimo do pronome **ele** no PB.

De início, Galves nos apresenta as formas pronominais no singular encontradas em posição nominativa, acusativa e dativa no corpus do Projeto NURC. Este paradigma está reproduzido a seguir:

<i><b>nominativo</b></i>	<i><b>acusativo</b></i>	<i><b>dativo</b></i>
eu	me	me
você	te/você	te/lhe/a você
ele	o/ele	lhe/a ele

Segundo a autora o fato saliente deste quadro é a alternância do pronomes acusativos e dativos de 2ª e 3ª pessoas entre as formas não-clíticas **você** e **ele** e as clíticas **te**, **lhe** e **o**. Ela acentua mais uma vez a raridade em PB dos clíticos de 3ª pessoa e deriva este fato da ocorrência cada vez mais freqüente do pronome **ele** e do pronome nulo em posição objeto. Quanto ao clítico **lhe**, ela reafirma que, apesar de se tratar, em sua origem, de um pronome de 3ª pessoa, ele é utilizado praticamente como correspondente de **você**, ou seja, segunda pessoa do discurso. Neste ponto, ela destaca a distinção que o PE faz entre os pronomes **tu** e **você**, ou seja, o pronome **tu** em PE denota uma certa intimidade entre os interlocutores enquanto que **você**, educação, respeito; esta distinção se encontra em oposição à maioria dos dialetos do PB, em que a forma **você** já foi generalizada como a forma universal de tratamento. Uma das conseqüências trazidas por esta generalização, além da perda da forma verbal da 2ª pessoa, foi a instauração no sistema de uma variação livre entre as

formas dativas **te** e **lhe** e a especialização de **lhe** como correspondente do pronome **você**.

Com respeito ao clítico de 3ª pessoa, Galves cita Duarte (89) que nota, como tivemos oportunidade de mencionar mais acima, a ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens e seu ligeiro crescimento na fala dos informantes com escolaridade e faixa etária mais alta. Como nos estudos anteriores de Galves sobre os clíticos já mencionados acima, ela destaca vários aspectos que denotam uma distinção bastante significativa entre o clítico **o/a** e os demais. Ele é favorecido pela forma infinitiva do verbo, que condiciona fortemente sua colocação enclítica na frase enquanto que a posição natural dos demais é sempre de próclise; quando em locuções verbais, este pronome parece ser atraído pela forma flexionada do verbo e não pela que **lhe** atribui função temática, o que acontece com os demais clíticos; também parece constituir uma escolha estilística dos locutores adultos, fato este que pôde ser observado em Abaurre e Galves (96) em que de um total de 15 entrevistas, uma única informante foi responsável pela produção da metade dos clíticos acusativos de 3ª pessoa coletados. Esse conjunto de fatos atestados nos estudos de Galves, aliado àquela constatação de Duarte (89), permitem que a autora defenda a hipótese de que o clítico **o/a** não é mais produzido pela gramática do PB, tratando-se apenas de um vestígio de estágios anteriores da língua.

Sobre o pronome nulo de 3ª pessoa, Galves retoma o trabalho de Duarte (89) que constata a preferência da categoria vazia por todos os grupos de informantes pesquisados por ela e conclui que esta preferência demonstra o nível já bastante avançado da instalação desta variável no sistema lingüístico. Galves retoma o texto de Raposo (86) para demonstrar que a categoria vazia no PB é de natureza diferente daquela atestada no PE. Farrel (90) também é citado para reforçar a idéia de que o objeto nulo do PB não se comporta como uma variável ligada a um tópico nulo em posição inicial de frase, como proposto por Raposo para o PE, mas como pronome. Galves cita dois exemplos reproduzidos abaixo que demonstram mais uma vez a impossibilidade de aplicar a análise de Raposo ao PB:

1- Aquela casa<sub>i</sub> nunca foi pintada e<sub>i</sub> pelo cara que comprou e<sub>i</sub> de mim.

Neste exemplo o objeto nulo do verbo 'comprou' estaria ligado por um operador nulo que domina a frase inteira, a expressão referencial 'aquela casa' estaria igualmente ligada por este operador, o que entraria em contradição com o princípio C da Teoria da Ligação, segundo o qual toda expressão referencial deve ser livre.

2- a) John bought the house<sub>i</sub> [OP<sub>i</sub> [PRO to destroy e<sub>i</sub>

b) \* John left the kids in the house<sub>i</sub> [OP<sub>i</sub> [PRO to destroy e<sub>i</sub>

a) A Júlia enfiou o dedo no bolo<sub>i</sub> só depois de [OP<sub>i</sub> [eu ter guardado e<sub>i</sub> na geladeira.

De acordo com Farrel (90), conforme nos é relatado por Galves, a hipótese do objeto nulo como variável em PB não pode ser salva nem se postularmos um operador nulo dentro da oração que contém o objeto nulo, conforme se observa através do contraste apresentado pelos exemplos acima. Nas frases em Inglês, a impossibilidade de interpretação de 'b' mostra que as construções com operador nulo não permitem que o antecedente da categoria vazia se encontre dentro de um sintagma preposicional (SP) complemento do verbo principal. Na frase em português essa restrição não se verifica. Galves ressalta, entretanto, que PB e PE parecem apresentar as mesmas restrições em contextos em que o objeto nulo tem como antecedente o sujeito da oração principal e cita os seguintes exemplos:

\*O José<sub>i</sub> impediu a mulher de matar e<sub>i</sub>

\*O José<sub>i</sub> sabe que a Maria gostaria de conhecer e<sub>i</sub>

Ela conclui que nesses casos o pronome nulo e o pronome **ele** não se encontram em variação livre, pois essas frases se tornam perfeitas se, ao invés da

categoria vazia, usássemos o pronome **ele** e que estas restrições não são de ordem gramatical; mas de natureza semântico-discursiva.

Dois fatos justificam esta análise, de acordo com Galves. O primeiro seria a idéia de Farrel (87) sobre a existência de uma restrição de 'logoforicidade', de acordo com a qual os argumentos de um verbo de 'comunicação ou de experiência mental' ficam impedidos de serem núcleos de uma cadeia tópica legitimando uma categoria vazia, a menos que possuam uma certa saliência discursiva. Eis o exemplo de Farrel (87), citado por Galves:

Todo mundo diz que Maria beijou João<sub>i</sub>; depois do baile, mas ele<sub>j</sub> insiste que ninguém beijou e<sub>i</sub>

Seria essa saliência discursiva do SN **João; ele** que permitiria que essa frase fosse considerada aceitável.

O segundo fato é aquele que Bianchi e Figueiredo (85), citado também por Galves, observaram, a saber, essa restrição quanto a retomada de um antecedente em posição sujeito por uma categoria vazia não se verifica quando este antecedente é inanimado. Eis a reprodução do exemplo 25 citado por Galves:

Esse prato<sub>i</sub> exige que o cozinheiro acabe de preparar e<sub>j</sub> na mesa

Segundo Galves, o fato de que os sujeitos inanimados sirvam como antecedentes de objetos nulos pode ser encaixado nesta idéia de Farrel, porque nenhuma relação de 'logoforicidade' pode ocorrer entre esse tipo de verbo e os sujeitos inanimados. Portanto; como ficou claro acima, alguns contextos do PB não apresentam nenhuma restrição quanto ao fato de uma categoria vazia retomar um antecedente em posição sujeito.

Segundo Galves, PE e PB demonstram claramente, através dos fatos descritos até agora, possuir dois sistemas pronominais totalmente diferentes. Em PE existe uma possibilidade de alternância entre o clítico de 3ª pessoa e uma categoria vazia do tipo variável, enquanto PB apresenta um sistema que contém um verdadeiro pronome nulo,

mas não legitima o clítico de 3ª pessoa, e uma categoria lexical pronominal de 3ª pessoa, a saber, o pronome não-clítico **ele** como pronome fraco .

O pronome não-clítico de 3ª pessoa é um dos aspectos que mais atraem a atenção dos pesquisadores porque ele distingue claramente a sintaxe do PB, da do PE e das demais línguas românicas. Segundo Galves, não é o fato de poder aparecer em posição objeto que o torna tão interessante, uma vez que outras línguas românicas também aceitam esse uso. Porém, elas o fazem de maneira mais restritiva, ou seja, algumas exigem um processo de duplicação do objeto e a presença da preposição 'a'. Este é o caso do Espanhol e do PE. Gostaríamos de enfatizar aqui que este uso é tratado pela gramática tradicional do Português como uma figura de sintaxe denominada pleonasma, mais especificamente, objeto pleonástico cujo objetivo é somente ressaltar, enfatizar o objeto. Este tipo de construção pode ser encontrada até mesmo em PB, porém somente na língua escrita literária formal como um resquício da forte influência das normas do PE. O exemplo abaixo extraído da obra do escritor Guimarães Rosa ( Primeiras Estórias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962) ilustra esse uso:

“Temia-a, a ela...”

Porém, mesmo línguas que permitem o pronome independente em posição objeto sem a necessidade de duplicação do clítico exigem para sua ocorrência duas condições interpretativas: o pronome tem que ser foco, constituir informação nova e seu referente deve ser animado (+ humano).

De acordo com Galves, a tipologia dos pronomes proposta por Cardinaletti e Starke (93-94) se baseia nestas características para definir os pronomes fortes por oposição aos deficientes, dentre os quais fazem parte os clíticos e os pronomes fracos. As características, então, definidoras dos pronomes deficientes seriam as de estarem discursivamente ligados e não apresentarem restrições quanto ao referente.

A partir dessa classificação tipológica proposta, Galves argumenta que o pronome **ele** em posição objeto pode ser utilizado ora como pronome deficiente ora

como pronome forte. Quando utilizado como pronome deficiente, ou seja, sem restrições quanto a animacidade do referente e sendo discursivamente ligado, sua interpretação é semelhante à dos clíticos nas outras línguas românicas. Porém, quando aparece recebendo obrigatoriamente uma interpretação de foco, pelo fato de constituir informação nova, ele exige que seu antecedente tenha o traço (+humano) como ocorre com os pronomes fortes. Galves nota que mesmo se o pronome fraco e o forte forem morfologicamente realizados pelo mesmo item lexical, as propriedades dos pronomes fortes sempre se farão presentes quando estes estiverem sendo utilizados como pronomes fortes.

Galves passa agora a analisar os pronomes fracos cujo valor essencial é ser anafórico, ou seja, referencialmente dependente, e, como este valor é particularmente evidente nas construções com pronomes lembretes, bastante comuns em PB, ela se propõe a detalhar mais cuidadosamente o pronome **ele** dentro desses tipos de construções e, após esse exame, Galves conclui que o fato de que o pronome independente de 3ª pessoa do PB seja freqüentemente utilizado como pronome lembrete é uma extensão de sua natureza deficiente.

A argumentação de Galves neste trabalho se baseia na idéia de que tanto o pronome lexical **ele** quanto os pronomes nulos são pronomes fracos. Com respeito a interpretação desses pronomes, Galves coloca que o pronome **ele** tem um comportamento semelhante ao de clítico, porém com uma diferença interpretativa essencial que os diferem: o pronome **ele** é sempre referencial, não podendo, portanto, ser usado para recuperar um antecedente oracional, por exemplo; neste caso, somente a categoria vazia pode aparecer como objeto correferente a este antecedente não-referencial. Os dois exemplos dados por Galves, um em que o clítico referencial de 3ª pessoa do francês pode ser traduzido pelo pronome lexical fraco **ele** e o outro em que somente a categoria vazia pode traduzir o clítico não-referencial de 3ª pessoa, além de demonstrar essa questão da referencialidade de **ele**, aponta também os contextos em que o pronome lexical e o nulo não se encontram em variação livre. O pronome nulo, portanto, ao contrário do pronome lexical fraco **ele**, pode receber tanto

uma interpretação referencial quanto não-referencial; porém, convém lembrar que, em determinados contextos, os pronomes nulos sofrem restrições de logoforicidade, e que nesses casos, somente o uso do pronome lexical é possível, e constitui outro contexto em que eles não se encontram em variação livre.

Galves declara que o PB sugere a existência de uma incompatibilidade entre um paradigma fraco como o do PB, que não marca a oposição entre as três pessoas do discurso, e o clítico de 3ª pessoa. Pelo contrário, parece sugerir que é compatível com o pronome fraco e, como a 3ª pessoa não contém traço de pessoa, ela propõe que a interpretação desse pronome fraco objeto se dê pela sua ligação direta com o tópico discursivo.

Negrão e Müller (96) defendem a hipótese de que a referencialidade é também relevante para o preenchimento/não-preenchimento do sujeito e para as formas possessivas SEU/DELE, segundo as autoras "estaria havendo uma especialização no sistema pronominal do PB segundo a **denotação semântica** que se quiser expressar". Esta idéia também nos parece interessante, uma vez que vem reforçar essa relação entre a ausência/presença de pronome e o caráter referencial do termo ao qual ele se refere. Neste texto as autoras oferecem uma outra posição para a análise do preenchimento do sujeito. Elas argumentam que contrariamente ao que se tem afirmado na literatura de que o PB está perdendo o sujeito nulo, o que está ocorrendo é uma especialização das formas pronominais.

Com respeito ao preenchimento ou não do sujeito, Negrão e Müller constataam que existe uma tendência ao preenchimento quando o sujeito é de 1ª e 2ª pessoas ao contrário do que ocorre com a 3ª em que na maioria dos casos apresentam sujeito nulo. Elas estranham este fato, uma vez que se esperaria que com a 1ª pessoa em particular, que contém uma concordância de pessoa bastante saliente, não houvesse a necessidade do pronome sujeito, mas com a 2ª e a 3ª que seriam a não pessoa e que são incapazes de identificar o sujeito, tendo a tendência de ser interpretada como indeterminada com sujeito nulo, se esperaria um maior preenchimento dessa posição sujeito até para evitar a ambigüidade entre determinação e indeterminação.

Discordam, porém, da hipótese defendida por Galves, pois acreditam que o fato de preencher ou não o sujeito não está relacionado com o enfraquecimento da concordância. As autoras também colocam em questão a ideia de que o PB estaria deixando de ser uma língua pro-drop, ou seja, língua que admite o sujeito nulo e se tornando uma língua de sujeito obrigatória porque sua flexão se tornou 'fraca', nos termos de Galves. Elas constataram que houve realmente um salto quantitativo no século passado com relação ao preenchimento do sujeito, mas este salto foi registrado somente para a 1ª e a 2ª pessoas do singular, que passaram de um preenchimento de 20% e de 40%, respectivamente, em 1845 para 80% em 1992; enquanto a 3ª se mantém constante, em torno de 50% a partir de 1882. Neste estudo, elas constatam que a tendência de preenchimento é, portanto diferenciada de acordo com a pessoa gramatical do sujeito.

Há uma série de pesquisadores que estudaram a diferença entre as três pessoas gramaticais e observaram que a 1ª e a 2ª pessoas têm um grau de referência maior. Vejamos algumas particularidades apontadas por Monteiro (91), em sua nota 9:

- ~ os pronomes EU e TU são sempre + humano enquanto os de 3ª podem não ser;
- ~ os pronomes de 3ª se ligam aos nomes dos quais são substitutos, enquanto os de 1ª e 2ª não se referem a nomes, mas diretamente às pessoas do discurso (de acordo com Matoso Camara JR.);
- ~ Pradelino Rosa destaca a diferença entre a morfologia da 1ª e da 2ª por oposição a da 3ª, que traz flexões de gênero e número;
- ~ Segundo Benveniste EU e TU só tem existência lingüística no ato da fala caracterizando-se pela **unicidade**; ELE, ao contrário, pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum. EU e TU só podem ser definidos um em relação ao outro, fato que não ocorre com a 3ª pessoa. A oposição EU e TU se define pela correlação de subjetividade: EU = pessoa subjetiva; TU = pessoa não subjetiva. ELE é proferido na proposição pelo EU e colocado fora do eixo da interlocução.

De acordo com Monteiro, estes fatos confirmam a percepção de Benveniste (74) de que a noção de pessoa é própria da 1ª e da 2ª pessoa (EU e TU) , inexistindo em ELE.

É possível então, no que se refere ao preenchimento do sujeito, que a 2ª pessoa se aproxime mais da 1ª em decorrência desses fatos acima do que da 3ª, conforme propõe Galves, por causa da fraqueza da concordância de sujeito.

Pretendemos testar essas duas posições de análise neste trabalho, mas de qualquer forma, poderíamos especular se esta hipótese de Negrão e Müller (96) não poderia se encaixar na hipótese de Galves, mostrando como o sistema pronominal teria se reorganizado, ou seja, não em termos de substituição de formas, mas em termos de especialização.

Depois de todas essas questões colocadas sobre o sistema pronominal do PB, podemos entender facilmente porque o texto de Monteiro (91) nos chamou a atenção. Seus dados sobre variação regional nos apontou uma direção para futuras pesquisas sobre os fenômenos observados no PB a fim de verificar até que ponto o pronome de 2ª pessoa atestado em POA interfere na organização do sistema pronominal como um todo.

Monteiro se propõe a fazer um estudo quantitativo bastante amplo sobre o sistema pronominal brasileiro, usando os dados do projeto NURC. Ele analisa os pronomes do caso reto, oblíquo, possessivos, de tratamento; analisa fatores rítmico-prosódicos, relação entre ênclise e apagamento de pronomes, etc.

Dentre todos os estudos feitos por ele, o que mais nos interessa para este trabalho é sobre os dados que ele apresenta sobre a variação diatópica na página 214, em que diz sobre a ocorrência de sujeito pronominal: " Porto Alegre é a cidade onde menos se usa o pronome". Na página 215, há uma tabela sobre a frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito pronominal em função da localidade e vemos ali que POA e SP estão ocupando as duas posições de extremos: a probabilidade mais baixa de 0,47 e a mais alta 0,52, respectivamente. Ele diz que, apesar de significantes,

as probabilidades obtidas são bem inferiores ao *input* de 0,62, e, talvez por este motivo, não faz nenhum comentário sobre os dados.

Outra afirmação importante nos é feita na página 245. Ele nos diz que em dez inquéritos pesquisados, a forma **tu** só ocorreu explicitamente nas gravações de POA, e mais adiante ele afirma que não há concordância do verbo, o qual aparece em 3ª pessoa, e o pronome **tu** (pag.247). Estas informações nos são úteis na medida em que nos permitem testar as hipóteses de Galves (93).

Com respeito ao pronome objeto, nos é dito que SP é onde menos se faz uso do pronome objeto e POA é a segunda cidade que menos apaga o objeto pronominal. POA é também a capital com a maior probabilidade de ênclise, o que não está muito de acordo com a preferência do PB pela próclise. Segundo Monteiro, há uma idéia de que "quanto menor a freqüência da ênclise tanto maior a do apagamento", mas Monteiro, depois de testar esta hipótese, diz que "só se verifica para poucos falantes, pelo menos em relação à 3ª pessoa". Mesmo sabendo que a questão da ênclise e sua relação com o apagamento é mais complexa do que formulou Monteiro, o fato de ter sido em POA que se encontrou a maior probabilidade de ênclise pode se tornar um aspecto revelador, no que diz respeito às possíveis relações existentes entre essa tendência de ênclise e os demais fatos descritos por Galves referentes ao PE.

Como se pode observar, os trabalhos aqui comentados levantam importantes questões para a análise do sujeito e do objeto em PB. São questões de ordem sintática e semântica, além dos aspectos históricos desse tema.

O objetivo deste trabalho é dar continuidade aos estudos já realizados nesta área, ampliando-se assim o que já se conhece até o momento. A idéia principal dessa dissertação é continuar trilhando esse mesmo caminho de pesquisa aberto por estes, dentre uma infinidade de outros, pesquisadores. Acreditamos que esse tema, abordado no âmbito da variação regional existente entre SP e POA, certamente trará à cena fatos que já vêm sendo observados com relação ao PE e PB, trazendo uma visão mais ampla sobre os fenômenos envolvidos na mudança do PB; e, por outro lado, se prestará também a testar as hipóteses teóricas formuladas para estes fatos por estes

estudiosos. Se conseguirmos atingir esses objetivos, o caminho percorrido terá sido enorme

## **1.2. Metodologia**

A linha de trabalho desta dissertação está baseada na proposta de Tarallo e Kato (89), ou seja, a de convergência da teoria chomskiana com a sociolingüística quantitativa de Labov. A aplicação desta proposta não só é altamente produtiva, como tem se mostrado, através dos trabalhos desenvolvidos dentro dessa metodologia, como a que melhor proporciona um tipo de reflexão mais elaborada da língua.

## **CAPÍTULO 2**

### **2.1. Fatores Sociais e Lingüísticos**

#### **2.1.1- Fatores Sociais da amostra**

Sabendo-se que desde a seleção dos grupos de fatores co-relacionados com determinada variável o pesquisador já está revelando suas intuições sobre o fenômeno a ser analisado, procuramos selecionar cuidadosamente os fatores que nos permitiriam testar nossas hipóteses. Porém, nem só de intuições vive o pesquisador, afinal, a literatura sociolingüística já tem demonstrado que fatores como a região de origem do falante, estratificação social, idade e sexo são importantes na variação da linguagem.

Com respeito ao fator estratificação social, não tivemos que nos preocupar, pois, compartilhamos do corpus do Projeto NURC e sabemos que esta variável foi cuidadosamente controlada quando de sua composição. Segundo Preti e Urbano (90), em "A linguagem falada culta na cidade de S.P.", vol. IV - estudos; o objetivo do Projeto NURC era o de documentar e descrever "o uso lingüístico concreto, correspondente ao dialeto social praticado pela classe de prestígio cultural". Eles nos relatam também que todos os informantes (300 homens e 300 mulheres) tinham

formação universitária. Portanto, tudo que afirmarmos com base nos dados obtidos serão válidos para a linguagem falada culta, ou seja, aquela falada por uma classe social e cultural privilegiada.

A variável idade também foi controlada na constituição do corpus do NURC. Os informantes foram repartidos em 3 faixas etárias: a primeira de 25 a 35 anos; a segunda de 36 a 55 anos e a terceira de mais de 56 anos.

O aspecto regional foi tratado da seguinte forma: os informantes seriam nascidos na cidade em estudo e filhos de pais nativos do português de preferência também nascidos na cidade.

O Projeto NURC, em suas gravações, tem três tipos de entrevistas: D2, diálogo entre dois informante; DID, diálogo entre informante e documentador e EF, elocução em atitude formal, que seriam aulas universitárias e conferências não lidas.

Partindo-se então do pressuposto de que estas variáveis estão totalmente confiáveis nas amostras do NURC, restaria-nos apenas escolher os inquéritos a serem pesquisados e começar o trabalho. Porém, logo de início nos deparamos com alguns problemas. Não existe um número suficiente de inquéritos transcritos de POA. Para que pudéssemos analisar todas essas variáveis sociais necessitaríamos de 36 células ou grupos de informantes. Para cada uma dessas células teríamos de incluir cinco representantes conforme nos recomenda a estatística, o que nos levaria a um número de 180 informantes, sendo 90 de SP e 90 de POA. Porém, mesmo considerando que em cada D2 temos dois informantes, nos inquéritos transcritos de POA, conseguiríamos apenas um total de 17. Diante deste fato, tivemos que tomar uma decisão importante: decidimos trabalhar com apenas dois inquéritos do tipo D2, um inquérito do tipo DID e dois do tipo EF em cada capital, o que nos pareceu ser a escolha mais acertada porque desta forma teríamos uma amostra mais abrangente do que se privilegiássemos apenas um tipo de inquérito. Os inquéritos escolhidos em Poa foram os seguintes: D2 37 e 120; EF 289 e 278; DID 8 e, em SP, foram escolhidos os seguintes: D2 360 e 62; EF 405 e 153 e DID 18. Com esta decisão fica claro que não estaremos analisando de modo sistemático a influência que o tipo de entrevista tem

na fala dos informantes. Fica claro também que se torna impossível aferir com segurança o peso das variáveis sexo e idade. Porém, o fato de a fala dos mais jovens e a das mulheres geralmente se encontrarem associadas às mudanças nos trabalhos de sociolinguística faz-nos desejar uma verificação dessas variáveis mesmo sem o número de informantes necessário. Acreditamos que, embora não nos ofereça um resultado estatisticamente confiável, poderemos, caso seja possível, ao menos indicar se há nesse *corpus* a tendência de jovens e mulheres se relacionarem mais de perto com as formas inovadoras.

### **2.1.2- Fatores Lingüísticos da amostra**

Nesta seção apresentaremos os grupos de fatores estritamente lingüísticos utilizados neste trabalho para a análise tanto dos dados de sujeito quanto dos de objeto.

Conforme nossa codificação dos dados, o primeiro e o segundo grupos tratam da ausência/presença, fazendo a distinção entre o sujeito/objeto.

Para identificarmos quais pronomes estariam preenchendo estas posições em análise, criamos o grupo 3 em que verificamos se as formas ocorrentes são nominativas, acusativas, pronome nulo, ou trata-se das formas **você** e **a gente**. Este grupo visa a captar o pronome do caso reto, ou seja, nominativo, em posição objeto e avaliar nos dois dialetos o nível de implementação de **você** e **a gente**, o uso de clíticos e a produtividade do pronome nulo sujeito e objeto.

O grupo 4 identifica a pessoa gramatical. Neste grupo temos dois interesses especiais; primeiramente observar o uso da 2ª pessoa em POA e em SP; em segundo lugar, investigar se os resultados obtidos por Negrão e Müller (96) e Duarte (95) sobre

a maior tendência de preenchimento do sujeito nas 1ª e 2ª pessoas são também atestados em POA e, por fim, e principalmente, verificar como se comporta a 3ª pessoa nas duas capitais.

A natureza semântica do verbo parece estabelecer condições restritivas quanto ao tipo de complemento a ser selecionado. Pelo menos é o que se observa em textos como o de Raposo (90) sobre as construções infinitivas em PE. Gostaríamos de saber como esse grupo se essas restrições se aplicam somente a complementos sentenciais ou não. Esse grupo está assim codificado:

e- epistêmicos

ex. "ai eu **achei** que realmente a escola não preenchia tudo que eu gostaria que preenchesse..." D2SP

v- volitivos

ex: "carioca não **quer** saber de gravata não **quer** nada"D2SP

f- factivos

ex. "Eu **imagino** um indivíduo que trabalha"D2SP

t- emotivos

ex. "agora talvez ele **goste** de ficar na cama até mais tarde"D2SP

p- verbos de percepção

ex. "então ela **vê** se as gavetas estão em ordem"D2SP

m- modalizadores

ex. "eles **podem** mais ou menos **saber**...o quanto normalmente você **deveria produzir**"D2SP

a- aspectualizadores

ex. "dez e vinte mais ou menos já **estamos saindo** felizes, descansados e tal"D2SP

i- interrogativos

ex. "e te **pergunta** do quarto dele se tem aula"D2SP

O sexto grupo codificado se refere à estrutura sintática da oração, ou seja, se é principal, completiva, adverbial, relativa, coordenada ou independente. Esta

classificação nos permitirá determinar qual estrutura favorece os diferentes tipos de pronomes, especialmente o nulo, além de nos permitir testar algumas hipóteses teóricas, como por exemplo a hipótese de Figueiredo Silva (96) sobre as relativas, a qual discutiremos no próximo capítulo.

O grupo 7 se detém sobre a função sintática do antecedente. O único objetivo é verificar se ela é igual ou não à do pronome a fim de captar paralelismos sintáticos.

No grupo 8 pretendemos verificar a localização do antecedente do pronome. O antecedente foi buscado no texto como um todo e quando o antecedente mais próximo era também uma forma pronominal, a busca continuava até se encontrar o SN lexical que reconstituía o conteúdo semântico do pronome. Estabelecemos que se o antecedente estivesse localizado na mesma frase em que aparecia o pronome, teríamos um antecedente em contexto imediato, como no exemplo a seguir:

"**a petrobras** a gente poderia dividir (**e**) em dois campos" D2POA

"então **a minha de onze anos** ela supervisiona o trabalho dos cinco" D2SP

O antecedente foi considerado em contexto local, quando se encontrava de 1 a 3 orações de distância do pronome, como no exemplo:

"é muito exigente comigo e com o meu marido **essa menina** ...sabe ela não admite uma falha nossa" D2SP

Os casos em que o antecedente se encontrava a mais de 3 orações distante do pronome, foram classificados como contexto remoto. Veja um exemplo:

"e realmente **a menina** gosta muito...e eu pensei que ela fosse ter problema porque ela não fala muito...ela fala muito pouco ela fala um... vocabulário dela é composto por umas quarenta palavras mais ou menos...e ela não faz frase ...então eu pensei que ela fosse ter dificuldades na escola...por causa disso mas não (**e**) não tem, (**e**) gosta muito..." D2SP

Note-se que incluímos nesta contagem da distância entre o antecedente e o pronome as orações principais separadamente das encaixadas; então, no exemplo acima, "eu pensei que..." entrou no computo para estabelecer a distância remota do antecedente 'a menina' e a primeira ocorrência do pronome '**ela**' em negrito e sublinhado co-referente com aquele SN. São considerados de contexto remoto também os pronomes co-referentes ao tópico discursivo. No caso deste inquérito 360 D2SP em que o tópico inicial do discurso é família, mais especificamente filhos, todo pronome referindo-se a filhos de modo mais abrangente foi relacionado com o tópico e não com os SNs que se referem de modo mais específico aos filhos das duas informantes, alias, esses SNs vêm geralmente modificados com possessivo (**seus** filhos, eu vejo pelos **meus**); numeral (**os dois**, **o primeiro**, paramos no **sexto filho**, **os cinco**, **três** vão para o colégio e **dois** vão para o cursinho); adjetivo (**as mais velhas**, **o menorzinho**, **as gêmeas**); às vezes somente o artigo (mas **os** que ficam em casa têm atividades, **um** começa a tomar atitudes mais ou menos autoritárias **os outros** mesmos se encarrega/ se encarregam de ....) e pronomes também, como pudemos notar nesta última frase.

Outras duas divisões feitas no interior desse grupo estão relacionadas à falta de antecedente: a primeira é o caso de pronomes retóricos, ou seja, aqueles que se referem às pessoas dos interlocutores e a segunda com respeito ao uso indeterminado, como por exemplo o uso do pronome lexical '**você**' e do sujeito nulo, cujos antecedentes são indeterminados nas frases abaixo.

"(e) diz que as noites cearenses são uma maravilha" D2SP

"às vezes você passa por uma escola tudo isso você não sabe exatamente no que que você quer...no no no que que (e) quer trabalhar" D2SP

Os três últimos grupos tentam captar o caráter referencial do antecedente. Como vimos em Duarte (86) e Galves (97), o traço +/- humano parece estar

relacionado com a presença/ausência de pronome lexical ou nulo. Portanto, iremos analisar este traço em nosso corpus. Outro aspecto interessante colocado também em Negrão e Müller (96) diz respeito aos traços +/- específico do antecedente os quais favorecem ou não o preenchimento do sujeito. De acordo com as próprias autoras, porém, "a classificação dos SNs em relação ao tipo de referência que realizam não é sem problemas." Isto se dá tanto no plano teórico quanto no empírico. Existem vários trabalhos tentando dar conta dos fenômenos relativos à referencialidade no discurso, porém, ainda são insuficientes para nos fornecer um quadro teórico que nos possibilite empreender uma classificação precisa deste fenômeno.

A idéia tradicional freqüentemente usada para definir expressões referenciais é a de que estas permitem que o locutor designe para o destinatário um ou mais objetos particulares do universo do discurso, seja este real ou imaginário. Porém, neste trabalho adotaremos algumas idéias propostas por Du Bois (80). Com relação à referencialidade, ele propõe que para que um termo seja considerado referencial ele se refira a um objeto como um objeto, este pode ser físico ou mental; conhecido ou não; um ou mais de um; e que tenha continuidade discursiva. Por outro lado, os termos não-referenciais não são usados para falar de um objeto como um objeto. Tipicamente é a qualidade ou propriedades do SN que são referidas, ou seja, seus atributos e não o significado concreto. Como nos exemplos de Lyons (77):

Giscard d'Estaing é o presidente da França

O assassino de Smith é louco

No primeiro exemplo o SN 'o presidente da França' é não-referencial, sua função é puramente predicativa. No segundo caso o SN 'o assassino de Smith' é, em uma leitura possível, apenas um atributo que serve de base para a asserção feita, portanto, não está sendo usado referencialmente, ou, nos termos de Du Bois, não está sendo usado para falar do objeto como objeto no discurso.

Um SN não referencial; todavia, pode servir para ativar um 'frame' o qual pode ser a base de futuras ocorrências de termos referenciais. Du Bois cita Halliday e Hassan que dizem que a natureza geral dos itens de referência anafórica é que eles se reportam ao significado, e não à forma; ou seja, para se fazer uma referência a um objeto não é necessário que seu significado tenha sido introduzido por uma referência direta, referencial; basta somente que a idéia do objeto tenha sido aludida de alguma forma previamente. Entendendo também desta mesma maneira, não analisaremos se o antecedente do pronome é referencial ou não por considerarmos este fato irrelevante, uma vez que a idéia do objeto já é suficiente para que ele possa ser retomado pronominalmente.

Quanto à idéia de definido/indefinido, trataremos deste aspecto como marcas formais, ou seja, apenas um aspecto sintático e não semântico. Dentro da classe dos termos definidos estariam os nomes próprios, os SNs precedidos de artigo definido e de possessivos e pronomes definidos (eu, você, ...). Na classe dos indefinidos estariam os SNs precedidos de artigo indefinido, SN plural ou singular sem artigo, SN precedido de numeral, pronomes indefinidos (algo, alguém,...)

Para estabelecer o status semântico/pragmático de um SN usaremos de traços semânticos tal como o da especificidade. Um SN específico significa que o falante tem um objeto específico em mente, se, pelo contrário, ele não tiver nenhum objeto específico em mente, o antecedente será considerado não específico. Um antecedente, então, formalmente indefinido pode ser específico ou não. O exemplo de Lyons (77) ilustra bem essa questão:

Todas as noites uma cegonha sobrevoa a nossa casa

Numa das interpretações o SN 'uma cegonha' pode se referir a um objeto específico. Embora o ouvinte não possa identificar o referente desejado, a pessoa que fala tem um objeto específico em mente; um 'determinado objeto'. Porém, segundo Lyons, esse SN também poderia receber uma interpretação não específica e o SN

poderia ser parafraseado como 'alguma/qualquer cegonha'. A idéia de que se trata de um SN específico se reforçaria, de acordo com Lyons, se o exemplo da frase acima fosse seguida imediatamente por:

Ela fez o ninho na torre da igreja

Com respeito à noção de identificabilidade, Du Bois diz que se um SN é considerado como identificável, significa que o ouvinte pode estabelecer a ligação entre o SN e o conceito a que ele se refere. O falante é quem julga a identificabilidade com respeito ao ouvinte: se ele acha que o ouvinte conseguirá identificar o referente que ele pretende, ele usa uma marca formal definida, como por exemplo um pronome definido, mas se ele julgar que o ouvinte não conseguirá, ele usa as marcas formais de indefinidade, como por exemplo o artigo indefinido. Vemos, portanto, que o contraste entre identificável e não-identificável é geralmente explicitado nas marcas formais de definido e indefinido. Como no exemplo de Lyons, o falante usou **uma cegonha**, nós escolheríamos uma interpretação não identificável e também não-específica, a menos que o contexto nos sugerisse algo diferente, como por exemplo, se fosse seguida por uma frase semelhante a esta acima proposta por Lyons. Como se pode verificar, essa questão é basicamente contextual e intuitiva. Cabe a nós, através do contexto, analisarmos se o falante tinha ou não algo específico em mente.

A classificação quanto a denotação semântica do antecedente é bastante completa, então nos restringiremos a verificar os traços +/- específico e os +/- humano. Além desses dois grupos de fatores, há um terceiro que busca captar também aspectos semânticos, porém derivados das estruturas sintáticas do antecedente; são estas as codificações utilizadas:

a- SN plural + artigo

ex. " **as crises** são uma constante (...) **elas** não são eventuais" D2POA

b- SN plural - artigo

ex. **portas pequenas** são abertas (...) **elas** vão se recuando a esse mundo típico..."

D2POA

c- SN singular + artigo

ex. "**a crise** surge (...) **ela** faz parte de uma estrutura contínua" D2POA

d- SN singular - artigo

ex. "leva **guarda-chuva** vai chover (...) você nunca leva **(e)** entende?" D2SP

e- SN singular + pronome demonstrativo ou possessivo

ex. "**aquele indivíduo** foi morto, **ele** foi diminuído ad-extremis" D2POA

f- SN singular + pronome indefinido

ex. "**toda ideologia** serve desde que **(e)** diga" D2POA

g- SN plural + pronome demonstrativo ou possessivo

ex. "**daquelas pessoas** que me ouvem (...) se algum dia **eles** entendessesm.." D2POA

h- SN plural + pronome indefinido

ex. "**muitas pessoas** (...) e **(e)** iam colhendo" DIDSP

i- SN quantificado

ex. "**um desses, dessas pessoas** que me ouvem (...) ajudá-lo a viver" D2POA

j- pronome indefinido

ex. " o menino porque quer fazer **tudo** sozinho, a menina porque quer que a mamãe faça **(e)** então sou eu que tenho que ir fazer **(e)**" D2SP

I- nome próprio

ex. "se o **Antônio Carlos** me permite (...) **ele** coloca o seguinte" D2POA

Por sugestão da banca de qualificação, este grupo de fatores foi agrupado da seguinte maneira:

#### **Estrutura sintática do antecedente:**

/ **Não se aplica**

- a) **Quantificado:** (SN + pronome indefinido; pronome indefinido; ou seja, as letras F, H, I e J acima);
- b) **Descrições definidas:** (SN + artigo; SN + possessivo; SN + demonstrativos; ou seja, as letras A, C, E e G acima);
- c) **Nomes próprios:** a letra L acima;
- d) **Nomes nus** (bare names): - as letras B e D acima.

Este detalhamento da estrutura sintática do antecedente tem a pretensão de captar aspectos semânticos, como por exemplo os termos genéricos.

Nesta seção foram apresentados os fatores lingüísticos considerados relevantes para esta nossa pesquisa. No próximo capítulo, passaremos a verificar os resultados obtidos com a análise do corpus; a medida em que formos avaliando os dados, cada fator será novamente discutido e tentaremos dimensionar a importância de cada um para o tema deste trabalho.

## CAPÍTULO III

### Apresentação e Análise dos Resultados

#### 3.1. Introdução

Neste capítulo, procederemos à descrição dos resultados obtidos com a análise quantitativa dos dados a fim de confirmar ou refutar as hipóteses levantadas neste trabalho. Na seção 3.2 serão apresentados os dados relativos à questão do sujeito nulo nas duas capitais. A seqüência da apresentação dos resultados será estabelecida pela coerência entre os tópicos. No decorrer da seção, procuraremos avaliar as implicações que a análise quantitativa pode colocar para a teoria da gramática, do ponto de vista da Teoria de Princípios e Parâmetros. Em 3.3 apreciaremos os resultados referentes ao objeto.

#### 3.2. O Sujeito

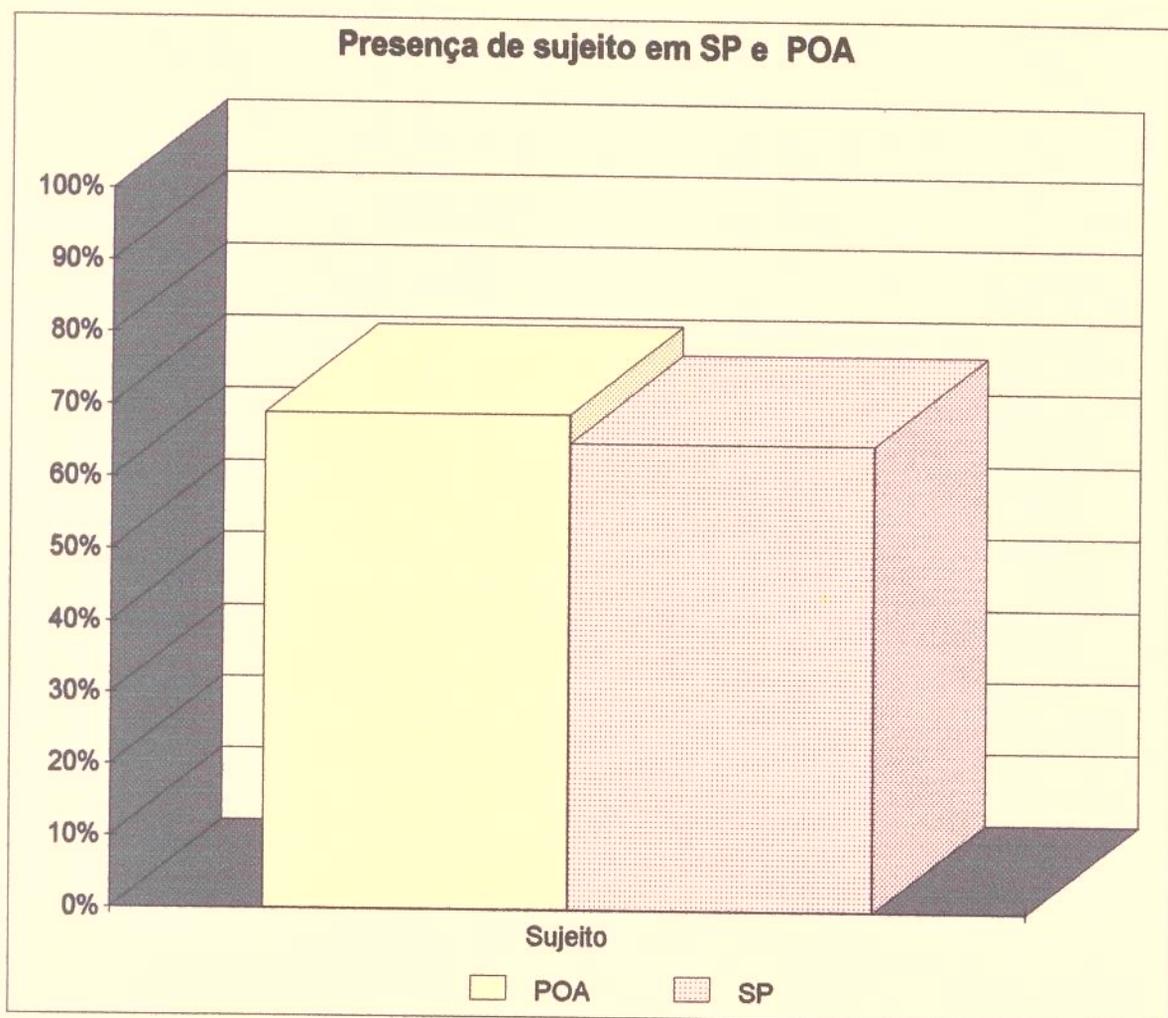
Nossa hipótese central, com respeito ao sujeito nulo, é a defendida por Galves (93) e Roberts (93), dentre outros. De acordo com estes autores a possibilidade de ocorrência do sujeito nulo estaria intimamente relacionada com a riqueza flexional do paradigma verbal. Duarte (95), depois de analisar a questão do parâmetro do sujeito nulo à luz de uma pesquisa variacionista, chega à seguinte conclusão: "o português brasileiro perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop* por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito em línguas que apresentam uma morfologia verbal suficientemente 'rica' para tal processo, confirmando a hipótese de Roberts (93)"

(pag.141). Duarte afirma, porém, que esta perda ainda não pode ser considerada como uma mudança já concluída no uso da língua, pois, segundo a autora, o PB ainda convive com dois sistemas: um agonizante, "em que ainda se refletem as características *pro-drop*", e outro em desenvolvimento, "em que a 'riqueza funcional' perdida já não permite a identificação de *pro*". Segundo Roberts (93), um paradigma flexional funcionalmente rico é aquele que é capaz de distinguir as pessoas, sendo compatível com uma desinência zero e um sincretismo, que pode ser a própria desinência zero, somente se as demais pessoas forem distintas. Ou seja, o paradigma teria que apresentar, no mínimo, cinco formas distintas; um paradigma flexional com apenas quatro formas já comprometeria definitivamente a riqueza funcional de tal paradigma.

Toda essa discussão a respeito do sujeito nulo foi um dos motivos para empreendermos essa pesquisa, pois, diferentemente do que ocorre nas demais regiões do país, sabemos que a segunda pessoa direta ainda é empregada na região sul, representada neste trabalho por POA. Este fato sempre nos traz curiosidade a respeito de como se comporta esse dialeto em comparação com o das demais regiões do país com relação ao parâmetro do sujeito nulo, ou seja, se a existência da 2ª pessoa direta faz com que o paradigma flexional seja suficientemente 'rico' para permitir a identificação de *pro*, fazendo com que o sistema vigente na região sul seja aquele em que se refletem características *pro-drop* ou não.

Com base nestas reflexões, nossa hipótese inicial era a de que POA preencheria menos a posição sujeito e este preenchimento menor se deveria ao fato de POA apresentar ainda um sistema pronominal típico de línguas que possuem um paradigma flexional forte, ou seja, que marcam a oposição entre as três pessoas do discurso, isto evidenciado pelo uso do pronome de 2ª pessoa '*tu*'. Por outro lado, SP, teoricamente, preencheria mais o sujeito uma vez que possuiria uma concordância fraca, fato este evidenciado pela ausência total de pronome de 2ª pessoa. No trabalho realizado por Monteiro (91) sobre o sistema pronominal brasileiro, após analisar os dados colhidos nas cinco cidades envolvidas no projeto NURC, a saber: Rio de

Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife, ele confirma nossas hipóteses teóricas iniciais ao afirmar que POA era a cidade onde menos se empregava o sujeito pronominal e SP, pelo contrário, a cidade onde mais ele era empregado . Entretanto, os resultados sobre a porcentagem de retenção pronominal do sujeito que obtivemos através da análise quantitativa dos dados não confirmaram nossas expectativas teóricas: POA apresenta 69% de presença enquanto SP apresenta 65%. Esses quatro pontos percentuais a mais na porcentagem da presença do sujeito pronominal apresentados por POA é uma diferença mínima, podemos até considerar que, estatisticamente, não existe diferença alguma; no entanto, esses números são bastante significativos, na medida em que esperávamos justamente o oposto, ou seja, que POA tivesse um índice menor que SP. Vejamos o gráfico abaixo sobre a retenção pronominal nas duas capitais para ilustrar esse resultado:



Agora, quanto às afirmações de Monteiro, poderíamos pensar, à primeira vista, que os números encontrados por nós, ilustrados no gráfico acima, estariam entrando em contradição com os de Monteiro; no entanto, isto não é verdade. Devemos considerar o fato de que Monteiro fez suas afirmações ao analisar os resultados dos cálculos de probabilidade, ou seja, os resultados do peso relativo e não porcentagens. Nós também, após estes mesmos cálculos, verificamos que POA realmente apresenta um *input* de ausência do sujeito maior que SP, ou seja, o *input* de ausência obtido para POA foi de .29 enquanto que para SP o *input* foi de .20. Embora a diferença seja bastante pequena, o resultado confirma o de Monteiro (91). Esta aparente contradição pode ser entendida pelo fato de que o peso relativo leva em conta a interação entre todos os grupos de fatores enquanto que a porcentagem leva em consideração cada

grupo de fator isoladamente. Isto pode ser entendido desta forma: existindo um contexto em que os fatores co-relacionados com sujeito nulo estiverem presentes, POA tenderá a deixar o sujeito vazio mais do que SP.

Para podermos analisar melhor esta questão do sujeito nulo, apresentaremos abaixo todas as ocorrências de sujeito que atestamos nas duas capitais depois da análise quantitativa dos dados coletados em aproximadamente cinco horas de gravação. O total de dados computados foi de 1921 e se encontram demonstrados na tabela 1, como vemos a seguir:

	SP		POA	
	Nº	%	Nº	%
Pron. Nulo	345	34,81	291	31,29
Pron. Tônico (eu, tu, ele...)	504	50,85	575	61,82
Você(s)	89	8,98	44	4,73
A gente	53	5,34	20	2,15
<i>TOTAL</i>	991		930	

tabela 1- Distribuição geral dos pronomes sujeito

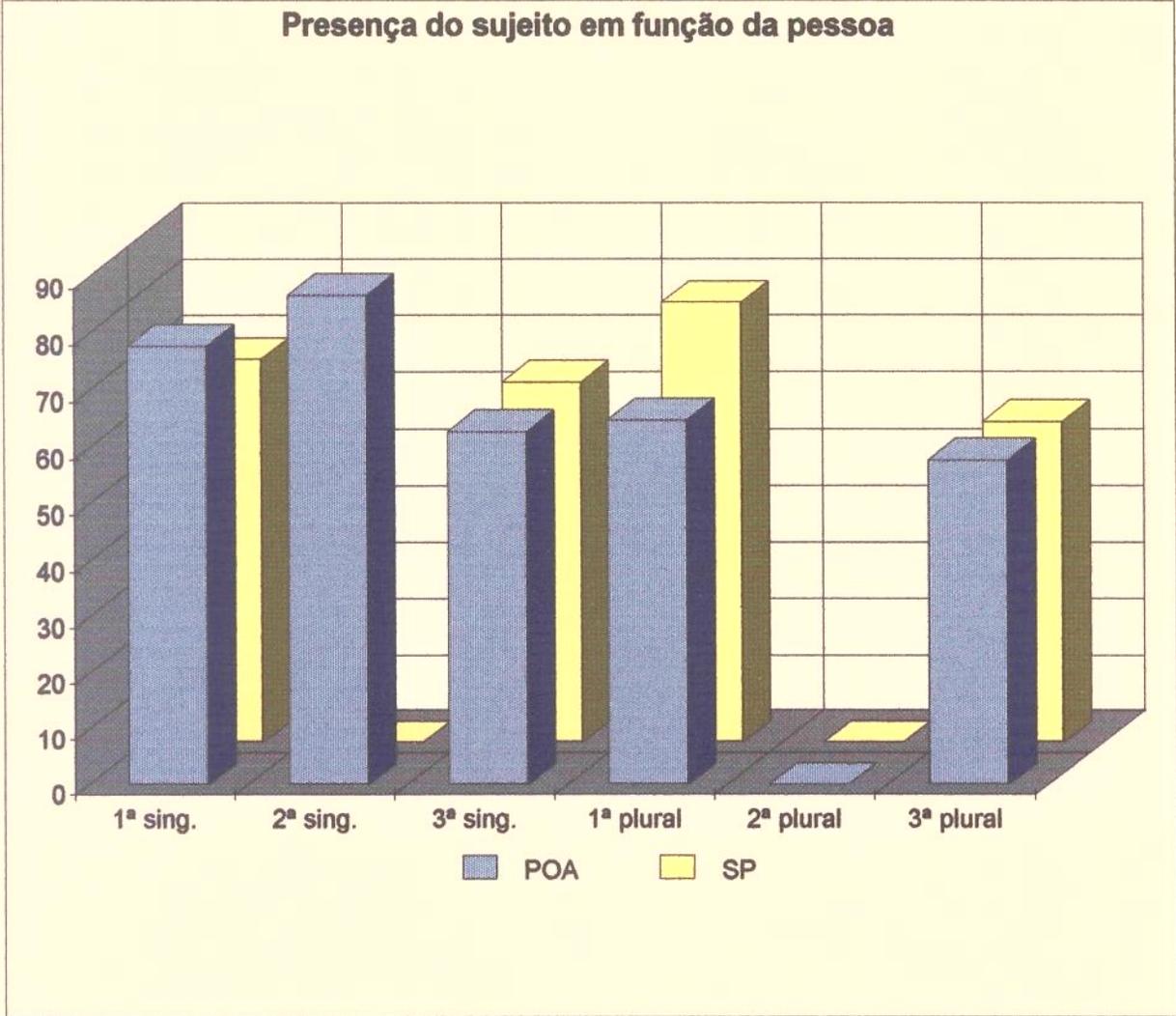
Duarte (93 e 95), como dissemos acima, acredita que a simplificação do paradigma flexional que ocorreu praticamente em todas as regiões do país como consequência da perda dos pronomes *tu* e *vós* bem como da co-existência da forma *a gente* com o pronome *nós* são fatores desencadeantes, ou melhor dito, estão na raiz do fenômeno que provoca a perda da opção pelo sujeito nulo, em processo no PB. Ao observarmos em nosso corpus os dados sobre o pronome *você* e a expressão *a gente* percebemos que a freqüência com que eles são empregados em SP é bem maior do que em POA. Por outro lado, verificamos que POA, e só POA, faz uso, efetivamente, do pronome de 2ª pessoa *tu* e que este uso é bastante produtivo naquela variante; o pronome *você* como 2ª pessoa singular, portanto, não foi utilizado nenhuma vez pelos informantes gaúchos; os números apresentados, então, na tabela 1, sobre o pronome *você* em POA dizem respeito ao plural *vocês*. A tabela 1 mostra,

portanto, que o uso de *você* e *a gente* vem sendo mais freqüente na fala dos paulistas do que na dos falantes de POA: mais do que o dobro. Esta freqüência maior nos parece importante uma vez que sabemos que este tipo de pronome, desencadeando a concordância de 3ª pessoa, contribui para a uniformização do paradigma de concordância. Nós, como Duarte (95), também acreditamos que a simplificação do paradigma flexional está de alguma forma relacionada com a necessidade de preenchimento pronominal da posição do sujeito pela razão óbvia de que à medida em que a concordância verbal vai se tornando incapaz de fazer a distinção entre as pessoas do discurso dentro do sistema, é necessário se encontrar outro mecanismo, como por exemplo o preenchimento pronominal do sujeito, a fim de evitar qualquer possível indeterminação quanto à identidade referencial do sujeito.

Contrariamente à hipótese de perda da opção do sujeito nulo está o trabalho de Negrão e Müller (96). As autoras nos oferecem uma alternativa para interpretar esse fato ao dizer que o PB não estaria necessariamente caminhando para o preenchimento total do sujeito, ou seja, não estaria perdendo a possibilidade do sujeito nulo. Elas argumentam em favor da idéia de que o que está ocorrendo é a coexistência de categorias vazias e lexicais em posição sujeito com uma especialização no uso de cada uma delas. Elas mencionam que enquanto Tarallo encontra 79.4% de ocorrências de preenchimento da posição sujeito em 1983, elas atestam aproximadamente 65% de preenchimento desta posição dez anos depois, o que demonstra que o preenchimento do sujeito já atingiu uma estabilidade, reforçando a idéia de que o PB não está se tornando uma língua de sujeito obrigatório. Duarte (95), porém, discorda dessa idéia de estabilização do sistema. Ao analisar a mudança em tempo aparente, afirma que até mesmo o sujeito nulo de 3ª pessoa, que é o mais resistente à mudança, também está cedendo espaço ao sujeito pronominal lexical. Duarte argumenta também que esta especialização de formas defendida por Negrão e Müller (96) pode ser encarada como uma etapa do processo de mudança. (cf. nota 4, cap 3 de Duarte (95)).

Apesar dessas discordâncias apontadas acima, Negrão e Müller (96) e Duarte (95) apresentam pontos em comum. Ao tentar refutar a hipótese de Galves (93) sobre o enfraquecimento da concordância como causa do preenchimento cada vez maior do sujeito, Negrão e Müller (96) acabam por demonstrar uma relação bastante estreita entre o preenchimento do sujeito e a pessoa gramatical. Elas argumentam que, se houvesse uma relação de causa e efeito entre o enfraquecimento da concordância e o preenchimento do sujeito, seria muito mais lógico supor a ocorrência de um alto índice de preenchimento pronominal do sujeito em orações cujas formas verbais não são capazes de identificar o sujeito e não naquelas em que as formas verbais conseguem identificá-lo, como a 1ª pessoa, por exemplo. Porém, não é isso que elas constatam em seus dados. Pelo contrário, encontram uma taxa maior de sujeitos nulos justamente com a 3ª pessoa, que não é capaz de identificar seu sujeito através da morfologia verbal. A 1ª pessoa tem um índice de preenchimento bastante alto, o que não é muito esperado, já que a forma verbal é suficientemente saliente para identificar o sujeito; não haveria, portanto, necessidade de preenchê-lo pronominalmente. Esses resultados levam Negrão e Müller (96) a afirmar que este fato serve para demonstrar que o enfraquecimento da concordância não tem nada a ver com o preenchimento do sujeito, do que discordamos, pois acreditamos que esses resultados mostram que o enfraquecimento da concordância conduziu para um outro sistema produzindo sujeito nulo. Duarte (95) também observa este fenômeno ao comentar seu trabalho de (93): "O comportamento da terceira pessoa nos coloca diante de uma assimetria. Se, de um lado, parece estarmos perdendo a opção pelo sujeito nulo na representação dos sujeitos de primeira e segunda pessoas, de outro, continuamos a usufruir dessa opção para representar os de terceira.." (pag. 21). Essa assimetria da 3ª pessoa em relação à 1ª e a 2ª também pôde ser constatada em nosso corpus. Embora tenhamos classificado os pronomes *você* e a expressão *a gente* como 3ª pessoa, pelo fato de eles desencadearem a flexão de 3ª pessoa, diferentemente de Duarte (95) e de Negrão e Müller (96), e mesmo com este tipo de classificação forçando necessariamente o aumento do número de preenchimento, verificamos ainda assim

que a presença de sujeito na 1ª e a 2ª pessoas são mais freqüentes que na 3ª. Como demonstra o quadro abaixo:



Os números são os seguintes:

Localidade	Pessoa	Nº/ total	Porcent.
SP	3ª p singular	317/494	64%
	3ª p plural	85/149	57%
	1ª p singular	186/275	68%
	1ª p plural	58/74	78%
	2ª p singular	0	0
POA	3ª p singular	210/333	63%
	3ª p plural	76/132	58%
	1ª p singular	244/311	78%
	1ª p plural	75/116	65%
	2ª p singular	34/39	87%

Tabela II - porcentagem de presença de sujeito em função da pessoa gramatical nas duas capitais.

Vejamos agora os resultados sobre a *ausência* do sujeito em relação à pessoa do discurso apresentados por Duarte (95) na tabela 3.8, reproduzida, parcialmente, abaixo, como tabela III:

Pessoa do discurso	nº / total	porcent.	p.r.
3ª p do singular	165/419	39%	.57
3ª p do plural	44/127	35%	.57
1ª p do singular	175/631	28%	.52
1ª p do plural	18/120	15%	.32
2ª p do singular	13/119	11%	.31

Tabela III - dados retirados da tabela 3.8 de Duarte (95) sobre os fatores selecionados como significantes para a ocorrência do **sujeito nulo**.

As diferenças quanto aos resultados podem ser atribuídos ao fato de que Duarte codifica os pronomes **você/vocês** e a expressão **a gente** como 2ª pessoa e 1ª pessoa do plural, respectivamente, pois leva em conta o discurso; nós, por outro lado, os codificamos como 3ª pessoa, pois levamos em conta a flexão verbal. Nossos números levam em consideração, portanto, a pessoa gramatical, ou seja, o tipo de flexão verbal desencadeada. Uma exceção, porém, é o pronome **tu** que ora apresenta concordância verbal 2ª pessoa ora de 3ª; decidimos, então, codificá-lo sempre como

2ª para que pudéssemos observar esse pronome em separado. Portanto somente as ocorrências do pronome *tu* foram codificadas como 2ª pessoa e como eles só foram atestados em POA, não há nenhum dado codificado de 2ª pessoa em SP.

Existem várias interpretações teóricas para esse comportamento diferenciado da 3ª pessoa. Duarte, analisando as três pessoas sob o ponto de vista discursivo, sugere que o índice baixo de sujeito nulo na 1ª e 2ª pessoas é uma evidência clara de que o enfraquecimento da concordância realmente ocorreu e, como consequência disso, teremos cada vez menos sujeitos referenciais licenciados por Agr. Com relação à 3ª pessoa, ela diz: "pode-se presumir que, não sendo mais inteiramente realizada através de Agr, a identificação do sujeito nulo esteja ancorada na sua coindexação com um SN numa posição acessível, seja no contexto discursivo, seja em estruturas subordinadas com sujeitos correferentes." Mais adiante, na pag.54, ela diz que o fato de contar com um referente externo para reforçar os traços enfraquecidos de Agr é o que faz com que sujeito nulo de 3ª pessoa seja o mais resistente à mudança. Realmente, no que diz respeito à identificação da categoria vazia, consideramos aceitável que haja diferença nos mecanismos utilizados pela 1ª e a 2ª pessoas, que têm um caráter dêitico, em oposição à 3ª, que apresenta referente mencionado no texto. Duarte (95) acrescenta que essa diferença de comportamento da 3ª pessoa em relação às demais é o que permite estabelecer a ligação entre a perda do sujeito nulo e o enfraquecimento da concordância.

Figueiredo Silva (96), analisando também a problemática do sujeito nulo, diz que a análise dos dados sugeriu que o PB é uma língua com sujeito nulo parcial, que se utiliza de estratégias especiais para a identificação do sujeito nulo quando esta posição deve ser interpretada referencialmente, pois, de acordo com a autora, existem duas afirmações contraditórias na literatura especializada: por um lado o PB é visto como uma língua em que o preenchimento do sujeito por um pronome lexical não é obrigatório, por outro lado, os trabalhos em lingüística estatística demonstram que o PB apresenta cada vez mais freqüentemente a tendência a empregar pronomes lexicais na posição sujeito, quando a interpretação é referencial, ou seja, uma

interpretação definida como a do pronome lexical *vocês*, por exemplo. (cf. pg.120). A fim de dar alguma contribuição a essas discussões sobre o parâmetro *pro-drop*, a autora questiona quais seriam as condições que regeriam a distribuição das categorias vazias e dos pronomes lexicais na posição sujeito. Para Figueiredo Silva, por causa da falta de pessoa na morfologia verbal, é impossível se encontrar um *pro*, fora de contexto, com interpretação definida, como ocorre normalmente nas línguas *pro-drop*, embora ele ainda exista na gramática do PB. Ela diz que apesar de *pro* com interpretação definida poder ainda ser legitimado formalmente pelo núcleo Agr<sub>s</sub>, o conjunto de traços aí presentes não possibilitam sua identificação: o traço de pessoa não é sistematicamente representado. Por outro lado, em contextos apropriados, ainda é possível a existência de sujeito nulo com interpretação referencial, embora sempre subordinados a restrições bastante particulares, por exemplo: a incompatibilidade entre sujeito nulo em frase matriz e movimento QU-, como ilustra a sentença a seguir retirada da pag. 128 de Figueiredo Silva (96):

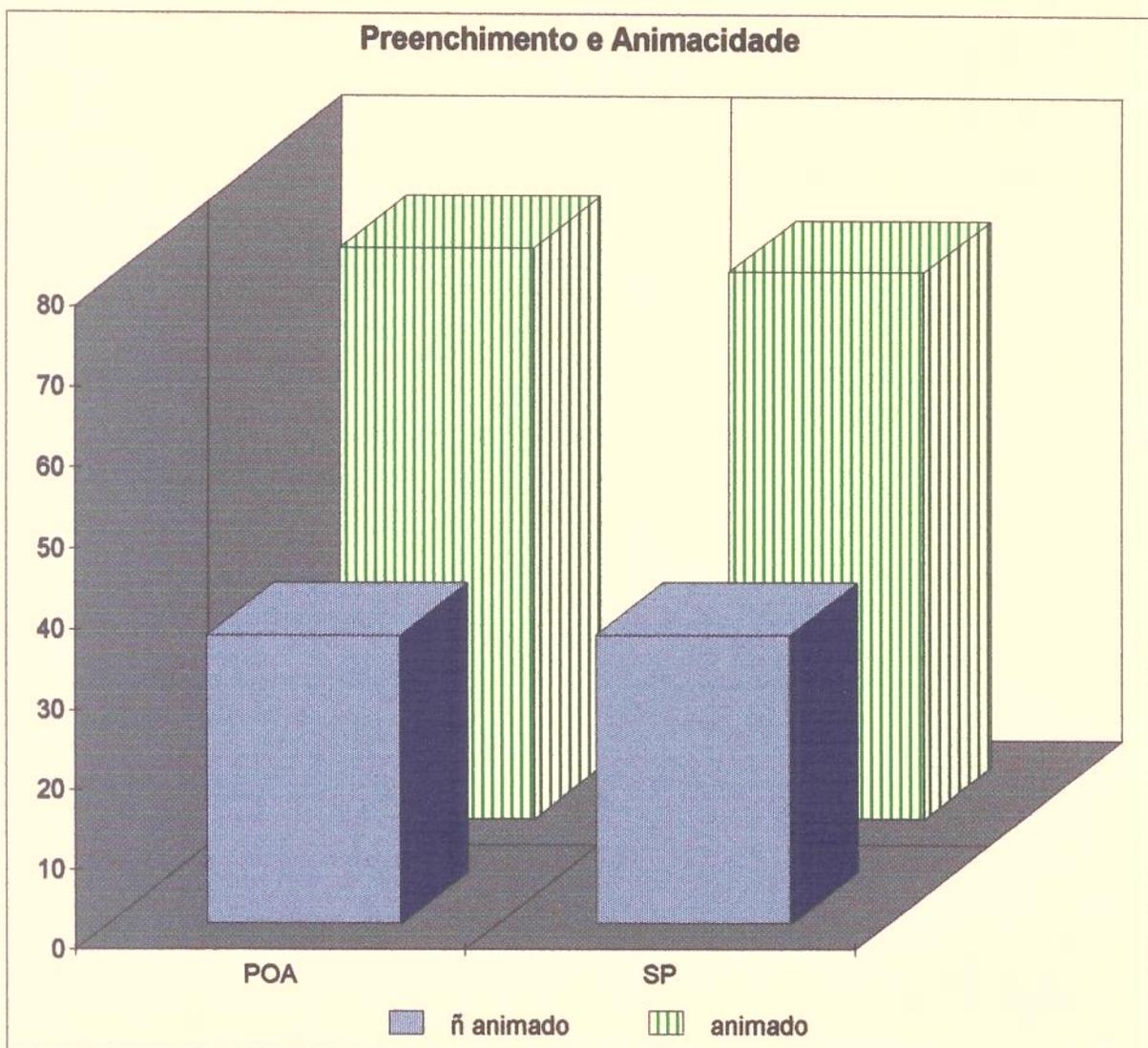
\* O que (que) *cv* comprei ontem? (ex. 16 b)

Em frases encaixadas, os sujeitos nulos também aparecem, porém nunca com independência referencial. Segundo Figueiredo Silva, eles sempre são ou de tipo "variável" (co-referentes com um tópico lexicalmente realizado na frase ou no discurso imediatamente precedente) ou de tipo "anafórico" (co-referentes com o sujeito da frase matriz), terminologia empregada primeiramente por Moreira da Silva (83). Os sujeitos de frase matriz foram assimilados como de tipo "variável" por Figueiredo Silva (96). A autora defende que o sujeito nulo de tipo variável é resultado de um movimento em direção a uma posição  $\bar{A}$ , enquanto que o de tipo anafórico é o nóculo de AGR que se move até uma posição acessível ao nóculo AGR principal.

Para Negrão e Müller (96), a especialização do sistema pronominal se baseia na idéia de que, com respeito à 3ª pessoa, o pronome '*ele*' expressa SN's referenciais enquanto que a categoria vazia expressa uma ligação anafórica entre esta forma e seu referente. A maneira utilizada, então, para se recuperar referencialmente um sujeito

vazio é através de uma ligação anafórica entre este e seu referente. Com base nestas reflexões, entendemos que tanto Negrão e Müller quanto Figuiredo Silva acreditam na existência de uma certa relação entre preenchimento de sujeito pronominal lexical e traços de referencialidade do referente. Parece haver uma tendência a preencher pronominalmente um sujeito que possua certos traços indicadores de uma referência forte. Como pudemos verificar no quadro acima, realmente há um índice um pouco mais alto de preenchimento com a 1ª e a 2ª pessoas: em POA com a 1ª e 2ª singular e em SP, com a 1ª do plural, conforme nos haviam descrito Negrão e Müller. Encontramos, portanto, maior preenchimento justamente com as pessoas gramaticais que possuem um grau de referencialidade bem saliente.

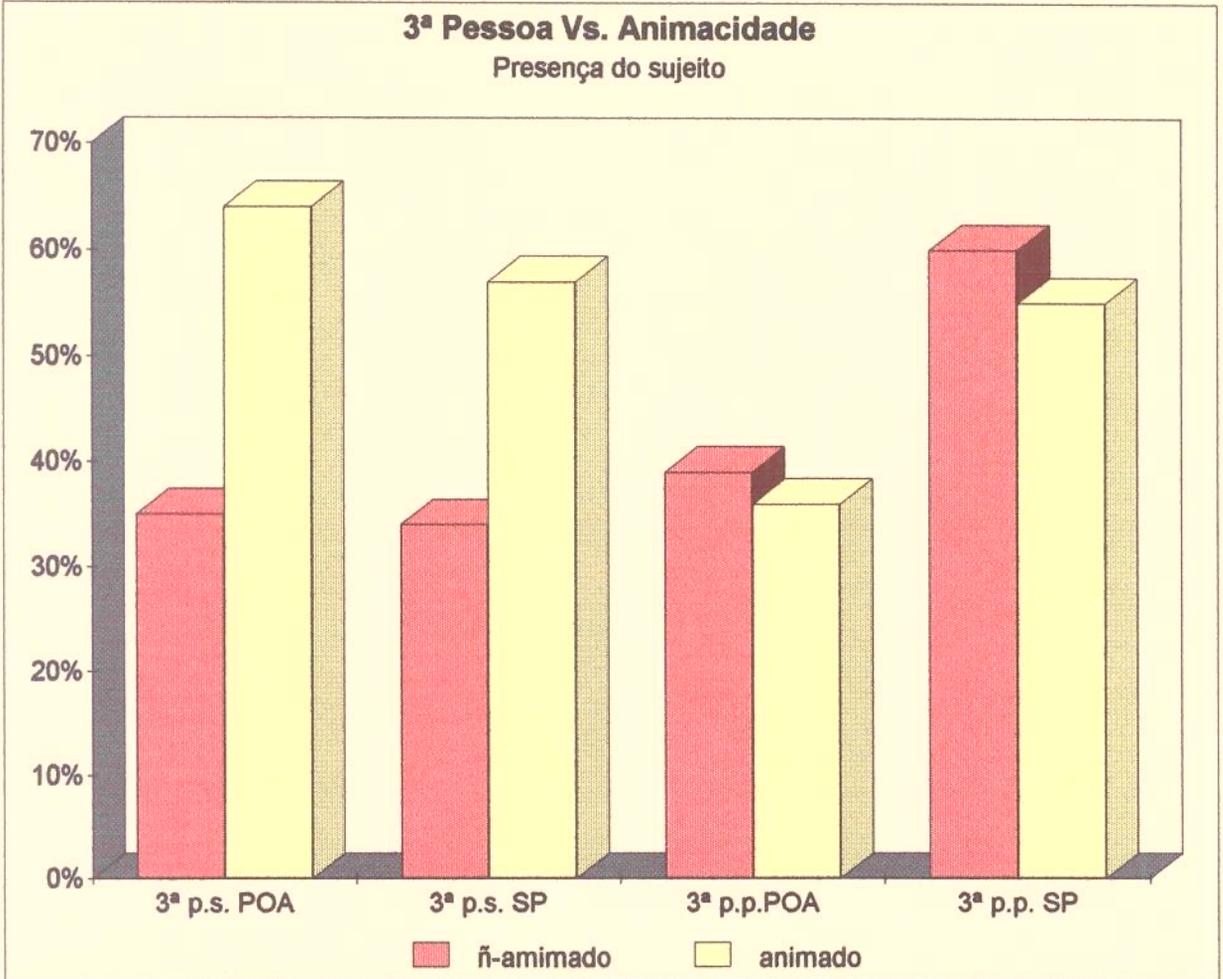
A fim de testar essa hipótese de co-relação entre referencialidade e preenchimento do sujeito, resolvemos escolher uma característica semântica (referencial) intimamente ligada à 1ª e 2ª pessoas por oposição à 3ª. Ora, sabemos que, sob o ponto de vista discursivo, a 1ª e a 2ª se referem às pessoas que fazem parte da interlocução, portanto, além de sempre bem definidas discursivamente, possuem uma particularidade que é inerente a essas pessoas, a saber: elas sempre contêm traço +animado; enquanto que com a 3ª pessoa esse traço nem sempre está presente. Portanto, se de fato existe algum tipo de co-relação entre o emprego cada vez mais freqüente de pronomes lexicais em contextos em que a interpretação em jogo é referencial, esperamos que haja uma tendência maior de preenchimento quando o sujeito se reportar a um referente com o traço +animado, uma vez que esta é uma das características mais óbvias da 1ª e da 2ª pessoas, as quais, por sua vez, são basicamente referenciais, ou seja, bem definidas discursivamente; afinal, se referem aos participantes da interlocução. Primeiramente, vejamos o gráfico a seguir, que mostra o cruzamento do fator pessoa, como inicialmente havíamos codificado, ou seja, do ponto de vista gramatical e do fator animacidade, que nesta tese é tratado como sinônimo de +/- humano, e vejamos também como POA e SP se comportam quanto a esta questão:



A porcentagem de preenchimento, quando o sujeito é animado, é de 71% em POA e 68% em SP. Para o sujeito não-animado, a porcentagem é de 36% nas duas capitais.

Agora, porém, para avaliarmos bem essa questão, retiraremos da amostra os dados da 1ª e os da 2ª pessoas, que são sempre +animadas, ficando apenas com os dados da 3ª pessoa. Depois, como havíamos codificado os pronomes você/vocês e a expressão a gente como 3ª pessoa, resolvemos retirar também estes dados; pois, sendo, discursivamente, 1ª e 2ª pessoas, trazem sempre o traço +animado também. Ficamos, por fim, somente com os dados relativos à 3ª pessoa discursiva, afinal é a única que dispõe da opção entre o traço +animado e o não-animado, permitindo-nos,

desta forma, testar a influência deste traço no preenchimento pronominal lexical do sujeito. Vejamos o resultado no quadro abaixo, que expõe a relação entre 3ª pessoa discursiva e o traço +/- animado do referente:



Vejamos os números:

<b>Pessoa</b>	<b>Ñ- Animado (%)</b>	<b>Animado (%)</b>
3 <sup>a</sup> ps-POA	35	64
3 <sup>a</sup> ps-SP	34	57
3 <sup>a</sup> pp-POA	39	36
3 <sup>a</sup> pp-SP	60	55
<b>3<sup>a</sup>p. sing. e pl. - POA</b>	<b>36</b>	<b>59</b>
<b>3<sup>a</sup>p. sing. e pl. - SP</b>	<b>36</b>	<b>56</b>

Tabela IV- Porcentagem de preenchimento do sujeito em relação à pessoa e ao caráter +/- animado do referente.

Os resultados obtidos da análise acima parecem demonstrar uma tendência de preenchimento mais freqüente do sujeito na presença do traço +animado: 59% em POA e 56% em SP. Porém, mesmo notando essa relação entre o traço animado e o preenchimento do sujeito, parece-nos prematuro afirmar que a questão da especialização do sistema pronominal, proposta por Negrão e Müller (96), passa por questões de ordem semântica, como a da animacidade, por exemplo. Muito embora os dados apontem claramente para uma co-relação entre esses dois aspectos, acreditamos que pesquisas mais específicas a respeito desse tema são necessárias para se conseguir aferir algo de concreto. Por outro lado, os resultados obtidos com o cruzamento acima revelou-nos algo importante: ao separarmos o singular do plural, ficou claro uma diferença de comportamento entre a 3<sup>a</sup> do singular e a do plural. Observamos que enquanto no singular os números demonstram praticamente uma distribuição complementar entre +animado e não-animado, no plural os números estão quase iguais, o que demonstra que o traço +animado não tem nenhum peso, e pior ainda, os números indicam uma ligeira vantagem para preenchimento com não-animado. Outro detalhe interessante é que, no plural, o índice de preenchimento apresentado por SP está bem mais elevado do que o apresentado por POA. Estas diferenças entre a 3<sup>a</sup> pessoa do plural e a do singular são tão intrigantes que voltaremos a comentá-las mais adiante. Talvez, por hora, fosse melhor ficarmos apenas com a hipótese de Duarte (95) para a diferença entre as três pessoas do discurso, ou seja, a 1<sup>a</sup> e a 2<sup>a</sup> pessoa discursiva têm caráter dêitico e portanto se

diferencia da 3ª , que busca seu referente no texto. Galves (97) também defende a idéia de que o paradigma fraco do PB, que não marca a oposição entre as três pessoas do discurso, é compatível com o pronome fraco, não com clíticos, e, como a 3ª pessoa não contém traço de pessoa, ela propõe que a interpretação desse pronome se dê pela sua ligação direta com o tópico discursivo. Neste texto a autora discute também a influência que o traço +/- humano, ou melhor dito, o caráter referencial ou não-referencial do pronome, tem na definição do emprego, por exemplo, de uma categoria vazia ou do pronome lexical *ele*.

Outro aspecto interessante que gostaríamos de comentar diz respeito à relação entre o preenchimento do sujeito e a distância do antecedente. O grupo de fatores sobre a distância entre antecedente e pronome foi dividido em três categorias, a saber: imediato (o antecedente e o pronome se encontram na mesma oração); adjacente (o antecedente se encontra até três orações de distância do sujeito) e remoto (o antecedente se encontra a mais de três orações de distância do pronome). Essa divisão foi estabelecida desta forma com o objetivo de captar em contexto imediato as estruturas de tópico retomadas com pronome; em contexto adjacente as estruturas subordinadas completivas e em contexto remoto as estruturas mais relacionadas com o tópico discursivo. Vejamos um exemplo de cada um desses contextos:

"então **a minha de onze anos ela** supervisiona o trabalho dos cinco" D2SP (contexto imediato)

"**a Petrobras** a gente poderia dividir **(e)** em dois campos" D2POA (contexto imediato)

"**essa menina**....sabe **ela** não admite uma falha nossa" D2SP (contexto adjacente)

"e realmente **a menina** gosta muito.../e eu pensei /que ela fosse ter problema /porque ela não fala muito...**ela** fala muito pouco ela fala um... o vocabulário dela é composto por umas quarenta palavras mais ou menos...e **ela** não faz frase então eu pensei que **ela** fosse ter dificuldades na escola... por causa disso mas não **(e)** não tem, **(e)** gosta muito..." D2SP (os pronomes sublinhados foram classificados como contexto adjacente e os em negrito como contexto remoto).

A importância teórica deste grupo seria verificar como POA e SP se comportam quanto à aos fatos descritos em Galves (87) sobre as questões relativas à classificação do PB como língua de tópico, ou seja, língua orientada para o discurso, primeiramente, através da análise das estruturas de duplo sujeito, assim chamadas por Duarte (95), como ilustra o exemplo de Eunice Pontes extraído de Galves (87) já citado acima e reproduzido a seguir:

**"essa competência ela é de natureza mental"**

Duarte (95) considera incompatíveis as estruturas de sujeito duplo com as línguas *pro-drop*, e considera também sua existência como o melhor argumento em favor do afastamento do PB desse grupo de línguas, portanto, é imprescindível examinar como se comportam POA e SP quanto a esse respeito. Em segundo lugar, através da retomada pronominal em contextos remotos, observar como se dá a retomada do tópico discursivo. Outro aspecto teórico importante a ser analisado, nos contextos adjacentes, é o comportamento das estruturas subordinadas quanto ao preenchimento do sujeito. Para avaliarmos essas questões, estaremos utilizando apenas os dados da 3ª pessoa gramatical. Com respeito às estruturas de duplo sujeito, pudemos observar que tanto POA quanto SP empregam este tipo de estrutura. Porém, ao analisarmos mais detalhadamente essas ocorrências de sujeito com antecedente imediato constatamos que em SP a frequência com que essa estrutura ocorria era bem superior a de POA, ou seja, 19 ocorrências em SP contra apenas 4 em POA. Além dessa diferença quantitativa, verificamos, primeiramente, que, dentre estes quatro dados de POA, havia um que não se enquadrava dentro daquela estrutura que queríamos analisar, na verdade, tratava-se de um aposto. Em seguida, notamos que, nos demais casos, havia sempre um elemento separando o tópico do pronome correferente; o que pode ser interpretado como um artifício para camuflar esse tipo de estrutura que é ainda um tanto marginal ou ainda como um forte condicionador. Os quatro casos de POA foram transcritos abaixo para elucidar esse ponto. Foi transcrito também um dado de SP para que se possa estabelecer uma comparação:

"*o pé de milho ele* se torna um...um pé grande...em pouco tempo" SP-DID 18

"então *ela, a moça*, ridiculariza o porteiro" POA-EF 289

"*a Dulce*, além de ser elegante, *ela* é uma pessoa bem vestida" POA-D2 37

"porque *o príncipe*, apaixonado pela rainha, *ele* está a tentar" POA-EF 289

"*o intelectual* hoje *ele* prefere, *ele* verifica antes de mais nada"

Os dados de SP se encaixam quase em sua totalidade dentro da estrutura de tópico ilustrada no exemplo retirado do inquérito SP-DID 18, ou seja, em 17 dentre as 19 ocorrências, o tópico aparece seguido imediatamente pelo sujeito pronominal; nos quatro dados de POA, por outro lado, pudemos conferir que existe um caso de aposto, retirado do inquérito POA-EF 289. Já nas frases de tópico, há sempre algum elemento separando o tópico do pronome. Também é interessante notar que todos os casos são com o traço + animado.

A frequência maior com que SP emprega esse tipo de estrutura chama a atenção. É interessante notar que, quando se trata do objeto nulo correferente com um tópico imediato, como teremos oportunidade de discutir mais adiante, a situação se inverte totalmente. SP não apresenta nenhuma ocorrência de objeto nulo com antecedente imediato, enquanto POA apresenta 10 ocorrências. Vejamos os exemplos:

"*Essa felicidade* eu ponho (e) entre aspas" POA-EF

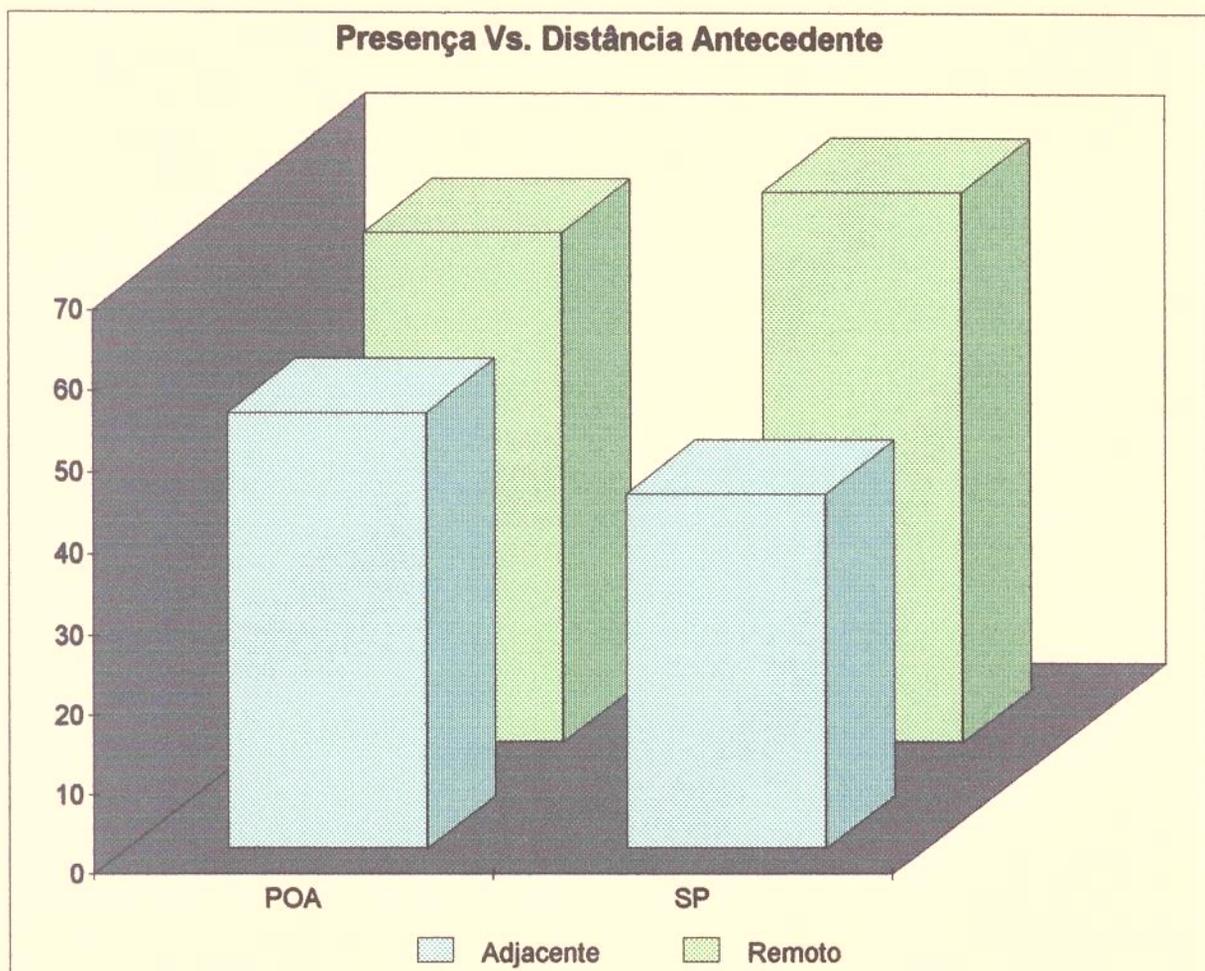
"*O material* vocês ainda não receberam ( e )" POA-EF

"*A Petrobras* a gente poderia dividir ( e ) em dois campos" POA-DID

Considerando que a estrutura com tópico seguido imediatamente de pronome sujeito correferente é uma particularidade da gramática brasileira, em contraposição ao PE, e que, por outro lado, a estrutura de tópico com objeto nulo correferente ocorre até mesmo em línguas que não admitem o objeto nulo, como o inglês, por exemplo, podemos concluir que POA permanece mais fiel à tradição do português do que SP,

que já vem inovando com uma estrutura de frase nova no que diz respeito ao sujeito e abandonando uma estrutura de frase típica, tradicional, empregada com o objeto.

Com respeito aos contextos adjacente e remoto, observemos o gráfico abaixo:



As porcentagens de distribuição da 3ª pessoa gramatical nas duas categorias de distância pesquisadas tanto em POA quanto em SP, correspondentes ao gráfico acima, encontram-se explicitadas na tabela abaixo:

	Contexto Adjacente		Contexto Remoto	
	POA	SP	POA	SP
<b>3ps Presença</b>	56%	47%	66%	67%
<b>Ausência</b>	44%	53%	34%	33%
<b>3pp Presença</b>	48%	33%	<b>38%</b>	<b>70%</b>
<b>Ausência</b>	52%	67%	62%	30%

Tabela V - Preenchimento do sujeito em função da pessoa gramatical e distância do antecedente

Podemos observar que, na 3ª pessoa do plural, em SP, há um aumento significativo no índice de preenchimento do sujeito em contextos remotos em comparação a POA. Observamos também que, de modo geral, a tendência da porcentagem de presença é crescer em contexto remoto, porém, com a 3ª pessoa plural em POA ocorre o oposto. Diante destes resultados, gostaríamos de analisar mais detidamente essa 3ª pessoa do plural. Esses casos de contexto remoto de que estamos tratando não são de sujeitos arbitrários, como o do exemplo abaixo:

"...o que que você acha dessa poluição que tanto ( e ) *falam* que vão controlar..."

Para iniciarmos a investigação, poderíamos cruzar o traço +/- animado com a 3ª pessoa. Já fizemos esse cruzamento anteriormente, porém com a diferença de que agora estaremos analisando a 3ª pessoa sob o ponto de vista gramatical. Vejamos a tabela abaixo que demonstra a porcentagem de sujeito nulo:

	SP	POA
<b>3ª p.sing./Animado</b>	29%	33%
<b>3ª p.sing./Não-Animado</b>	66%	65%
<b>3ª p.plur./Animado</b>	43%	39%
<b>3ª p.plur./Não-Animado</b>	<b>40%</b>	<b>61%</b>

Tabela VI - Porcentagem de sujeito nulo em função da pessoa gramatical e animacidade.

Como vimos anteriormente, a oposição entre animado e não animado, com a 3ª pessoa do singular, tem influência no preenchimento/não preenchimento do sujeito e podemos dizer que isto também é verdadeiro para a 3ª do plural em POA; entretando, com respeito a SP, essa diferença não existe: as porcentagens para o animado e para o não-animado são de 43% e 40%, respectivamente. Outro dado importante, ainda em relação a SP, é que, ao passarmos da 3ª pessoa do singular para a do plural, o índice de sujeito nulo aumenta quando seu referente é animado: de 29% para 43%, e, por outro lado, há uma queda bastante expressiva do sujeito nulo quando o referente é não-animado: de 66% para apenas 40%. É interessante observar que, em POA, não ocorre essa queda drástica do sujeito nulo com o referente não-animado : a porcentagem que, no singular, é de 65%, no plural, passa para 61%. Comparando a porcentagem de sujeito nulo com referente não-animado na 3ª pessoa plural, obtida através do cruzamento da 3ª pessoa com o traço +/-animado, SP 40% contra 61% de POA, podemos observar que realmente fica evidente uma certa diferença de comportamento entre as duas regiões. A partir disso, podemos especular, então, se não seria este um dos contextos em que o sujeito nulo vem cedendo espaço ao sujeito pronominal em SP.

A fim de verificarmos melhor esta questão, cruzaremos o traço animado com o fator distância do referente. Vejamos os resultados obtidos para a ausência de sujeito em função desses dois grupos de fatores:

	<i>SP</i>	<i>POA</i>
<b><i>Animado</i></b>		
<b><i>Contexto adjacente</i></b>	44%	43%
<b><i>Contexto remoto</i></b>	29%	33%
<b><i>Não animado</i></b>		
<b><i>Contexto adjacente</i></b>	74%	58%
<b><i>Contexto remoto</i></b>	55%	86%

Tabela VII - Porcentagem de **sujeito nulo** em função da distância do antecedente e animacidade

Este quadro apresenta um resultado bastante intrigante com respeito ao sujeito nulo não-animado. Em SP, há uma diminuição considerável do sujeito nulo em função da distância do referente: de 74% para 55%; já em POA, ocorre exatamente o oposto: uma aumento de sujeito nulo bastante significativo: de 58% para 86%.

Através dessas investigações feitas até o momento, podemos observar que, de um lado, existe em SP uma tendência a diminuir o uso do sujeito nulo, ou seja, preencher mais o sujeito, no seguinte contexto: referente não-animado, em contexto remoto, na 3ª pessoa do plural. Por outro lado, em POA, essa tendência de queda do sujeito nulo neste mesmo contexto não foi verificada; pelo contrário, observamos que o índice de sujeito nulo continua alto não só nos casos de sujeito com referente não-animado em contexto remoto, 86% (contra 55% de SP); como também nos casos de 3ª pessoa plural com referente não-animado, 61% (contra 40% de SP). Os casos de 3ª pessoa do plural em contexto remoto mostra uma diferença expressiva: 70% de preenchimento em SP contra apenas 38% de POA. Talvez o fato de SP preencher mais o sujeito remoto se deva a necessidade de retomar referencialmente o tópico discursivo enquanto que em POA a concordância verbal seria suficiente para estabelecer essa relação.

Com referência ao contexto adjacente, o índice razoavelmente alto de sujeito nulo observado pode estar relacionado com as sentenças subordinadas, que, segundo Duarte (95), são estruturas que ainda permitem a identificação de um sujeito nulo em PB, estruturas estas que, nas línguas *pro-drop*, são contextos de sujeito nulo obrigatório. Nos dados de Duarte (95), foi aferido um percentual de 32% de sujeito nulo em estruturas subordinadas com correferência. Além das estruturas subordinadas, ocorre um índice bom de sujeito nulo em orações matriz e independentes; Duarte (95) verificou 35% de sujeitos nulos, com ligeira superioridade para as independentes. De acordo com Duarte (95), este resultado pode ser entendido pelo fato de que sentenças raízes de completivas, por exemplo, são geralmente constituídas de verbos declarativos e epistêmicos, muitas vezes, com estrutura

argumental incompleta, como por exemplo eu acho que, você sabe que, etc, o que favorece a realização fonológica do sujeito. Porém, fica claro pela tabela abaixo que o maior índice de sujeito nulo se encontra nas estruturas coordenadas. Essa baixa frequência de preenchimento do sujeito em contextos adjacentes pode ser atribuída também a esse fenômeno. Vejamos as tabelas abaixo sobre a situação do sujeito nulo nos diferentes tipos de orações:

POA	Número	Porcentagem	Peso Relativo
Principal	109/415	26	.46
Coordenada	145/354	41	.60
Completiva	22/82	27	.40
Relativa	16/80	20	.37

Input .29

Tabela VIII - Ausência de sujeito em função do tipo de oração em POA

SP	Número	Porcentagem	Peso Relativo
Principal	131/427	31	.50
Coordenada	192/422	45	.65
Completivas	22/70	31	.46
Relativa	01/73	1	.03

Input .20

Tabela IX - Ausência de sujeito em função do tipo de oração em SP

Como se pode verificar, o aspecto da coordenação se revelou bastante interessante. Existe realmente uma forte co-relação entre coordenação e ausência de sujeito pronominal. Este tipo de estrutura, não analisada por Duarte (95), é a que mais propicia a ocorrência de sujeito nulo. Por outro lado, a estrutura relativa é a que menos emprega o sujeito nulo, apenas 1%. Nos dados de Duarte (95) essa estrutura é a que apresenta também os menores índices de sujeito nulo: de 7%. Sob o título de principal incluímos as estruturas independentes e as adverbiais, pois nos pareceu mais interessante juntar esses dados para trabalharmos melhor com o programa VARBRUL

e, como os números apresentados por estes três tipos de estruturas eram bastante compatíveis, achamos que não haveria nenhum inconveniente em juntá-los. Estas junções, decididamente, não prejudicaram nossos resultados, uma vez que as porcentagens registradas por nós em SP estão semelhantes às que Duarte obteve com a análise de seus dados. Observamos que as porcentagens de sujeito nulo de POA são bem mais baixas que SP quando se leva em conta o tipo de estrutura sintática, o que demonstra que este fator não é tão significantivo para "favorecer" o sujeito nulo para POA quanto o é para SP. Isto explica o porquê de este fator ser apresentado, nas tabelas de peso relativo abaixo, em posições bem diferentes: o primeiro lugar na tabela de São Paulo e apenas o quarto lugar na de POA.

Os cálculos do "Peso Relativo" demonstram a significância desse grupo de fatores, bem como dos demais grupos de fatores selecionados no *stepup*. Vejamos, a seguir, primeiramente o quadro relativo a SP com todos os grupos de fatores selecionados pelo programa VARBRUL, e, em seguida, o quadro relativo a POA; os grupos de fatores estão exatamente na seqüência de importância em que foram apresentados :

	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>Principal</b>	131/427	31	.50
<b>Coordenada</b>	192/422	45	.65
<b>Encaixada</b>	22/70	31	.46
<b>Relativa</b>	01/73	1	.03
<b>Animado</b>	283/893	32	.47
<b>N-animado</b>	63/99	64	.72
<b>Interlocutor</b>	100/326	31	.38
<b>Adjacente</b>	98/176	56	.74
<b>Remoto</b>	70/221	32	.60
<b>Indeterminado</b>	78/249	31	.39
<b>N+DET.</b>	138/344	40	.49
<b>Nomes nus</b>	12/26	46	.61
<b>Nome próprio</b>	13/42	31	.43
Input = .20	Signif. = .000	São Paulo	

Tabela X - Fatores co-relacionados com a ausência de sujeito em **São Paulo** selecionados no STEPUP.

	Número	Porcentagem	Peso Relativo
<b>1ª faixa etária</b>	178/599	30	.49
<b>2ª faixa etária</b>	35/184	19	.34
<b>3ª faixa etária</b>	79/148	53	.74
<b>Nome próprio</b>	07/44	16	.22
<b>N+DET</b>	121/286	42	.52
<b>Nomes nus</b>	20/29	69	.74
<b>Animado</b>	255/873	29	.48
<b>N-animado</b>	37/58	64	.74
<b>Principal</b>	109/415	26	.46
<b>Encaixada</b>	22/82	27	.40
<b>Coordenada</b>	145/354	41	.60
<b>Relativa</b>	16/80	20	.37
<b>1ª e 2ª sing.</b>	72/350	21	.41
<b>3ª sing. e pl.</b>	179/465	38	.56
<b>1ª pl.</b>	41/116	35	.54
<b>Input .29</b>	Sign. .018	Porto Alegre	

Tabela XI- Fatores co-relacionados com a ausência do sujeito em **Porto Alegre** selecionados no STEPUP.

Vemos nestas tabelas que o fator selecionado em POA como mais importante para o emprego do sujeito nulo é o que trata da faixa etária. Podemos pensar que a evolução lingüística detectada por Tarallo (93) está num estágio anterior em POA em relação a SP. Porém convém não nos esquecermos de que a faixa etária bem como os demais fatores sociais não puderam ser testados com o número suficiente de informantes por célula, apesar disso, acreditamos que possa nos indicar uma tendência, ao menos. Os resultados relativos às variáveis sexo e tipo de inquirido podem ser conferidos na tabela abaixo:

	SP	POA
<b>Tipo de inquérito</b>		
D2	36%	31%
DID	55%	26%
EF	20%	34%
<b>Sexo</b>		
Masculino	37%	39%
Feminino	33%	24%
<b>Faixa etária</b>		
1ª faixa	37%	30%
2ª faixa	33%	19%
3ª faixa	44%	53%

Tabela XII - Porcentagens de sujeito nulo nas diferentes variáveis sociais pesquisadas

Chamou-nos, particularmente, a atenção o número extremamente escasso de sujeitos nulos com estrutura relativa encontrado em SP em contraposição ao número encontrado em POA: atestamos apenas um caso em SP, o qual reproduzimos a seguir: "...o que que você acha dessa poluição **que tanto ( e ) falam que vão controlar...**"

Trata-se de um sujeito indeterminado (arbitrário). Em POA a maioria dos casos são como os exemplos abaixo:

"...o mundo típico **em que ( e ) vivemos...**" POA-D2

"...se tudo o **que ( e ) temos para formar juízos** entra-nos ao cérebro, chega-nos ao cérebro, pelos sentidos..." POA-D2

"...quer pela parte da mensagem que tu transmites quer pela parte do aprendizado **que ( e ) possas adquirir...**" POA -D2

Tanto em POA quanto em SP os sujeitos das orações relativas são altamente preenchidos. Podemos nos perguntar qual a razão desse comportamento, ou seja, que tipo de sujeito nos temos nas estruturas relativas. Podemos analisar essa questão do ponto de vista semântico e do ponto de vista gramatical. Antes, porém, de qualquer análise vale destacar que esse primeiro exemplo é repetido sete vezes pelo mesmo informante, com algumas alterações como por exemplo: "...a estrutura social em que vivemos...", o que faz com que o número de sujeito nulo em POA pareça muito superior a SP, o que de fato não é verdade. Sob o aspecto semântico, podemos observar que na maioria das ocorrências há, de certa forma, uma semelhança com o sujeito arbitrário nesses casos de sujeito nulo, tanto em SP quanto em POA. Aliás, SP apresenta apenas um caso de sujeito nulo, o qual já citamos acima. Quanto a este aspecto da generalidade dos sujeitos, constatamos que, muito embora POA se utilize da concordância da 1ª e da 2ª pessoa, como nos exemplos citados acima, o informante não se refere especificamente aos seus interlocutores, pelo contrário, ele generaliza sua afirmação. Quando se trata da 3ª pessoa, encontramos um dado muito parecido com o de SP, porém com uma estrutura relativa um pouco duvidosa. Vejamos o exemplo abaixo:

"...nós entramos na igreja **que ( e ) fizeram a basilica em cima da igreja...**" POA-D2

Os dois outros casos são os seguintes:

"... o mundo atípico é aquele em que cada um de nós pudesse se manifestar (...) e **que ( e ) tivesse condições de contestar qualquer tipo de atividade...**" POA-D2

"...não tiveram a força necessária para atingir aqueles objetivos que eles se propunham atingir, ou pelo menos, **que ( e ) desejavam atingir...**" POA-D2 ( o informante fala sobre países que não chegaram a um estágio avançado de desenvolvimento: "...existem países que não chegaram...")

Nestes casos os antecedentes seriam um elemento quantificado e um nome nu, respectivamente. Esses tipos de referente também são bastantes gerais. Existem, no entanto, casos de referente específico, como os dois exemplos abaixo de POA:

"...e isso *que ( e ) estou dizendo...*" POA-D2

"...longos anos de vida *em que ( e ) fui infeliz...*" POA-EF

O fato de não encontrarmos nenhum dado de relativa com sujeito nulo em SP talvez esteja relacionado com a ocorrência dos pronomes '*você/a gente*' por causa da falta de concordância com estas formas. Vejamos a tabela abaixo que nos mostra os números de ocorrência desses pronomes sobre o total de frases relativas codificadas:

	<i>Você</i>	<i>Vocês</i>	<i>A gente</i>
	Nº / total	Nº / total	Nº / total
<i>POA</i>	0/80	04/80	07/80
<i>SP</i>	07/73	01/73	13/73

Tabela X III- números de ocorrências dos pronomes *você/a gente* nas orações relativas

Se juntarmos as ocorrências de '*você*' e de '*a gente*', veremos que esses pronomes representam 29.40% do total de sujeitos das relativas encontradas em SP e apenas 13.75% do total de POA.

Do ponto de vista gramatical, Figueiredo Silva (96) explica a impossibilidade de sujeito nulo em estruturas relativas, baseando-se na teoria gerativista de Princípios e Parâmetros. Para a autora a projeção *AgrP* pode ser dividida em três, a saber: *AgrP-número*, *AgrP-gênero* e *AgrP-pessoa*. Ela considera que, no caso do sujeito nulo do tipo anafórico, o nóculo *AgrP-pessoa* em PB é anafórico e deve se mover até o sistema *CP* encaixado para entrar em relação com o nóculo *AgrP* da frase matriz e assim poder ser ligado. Porém, no caso das frases relativas, o *CP* pelo qual o *AgrP-pessoa* deve passar já contém traços nominais, mas, uma vez que estão vinculados com o sintagma que encabeça a relativa, estes são traços que não lhe dizem respeito.

Duarte (95) diz que até mesmo no PE a estrutura relativa é a única a favorecer o sujeito pronominal pleno em prejuízo do sujeito nulo. Acredita, também, que isso se deva ao fato de *Spec CP* estar ocupado pelo pronome relativo. Ela analisou outros tipos de frases que também trazem algum elemento em *Spec CP*, como as interrogativas indiretas e diretas, por exemplo, e confirmou a importância desse aspecto no processo de perda do sujeito nulo. Duarte (95) conclui que, como este ponto era o mais vulnerável no sistema, é compreensível que, por ele, a batalha entre o sujeito pronominal pleno e o sujeito nulo tivesse começado e seja hoje o contexto sintático em que a mudança está mais avançada no PB. As frases relativas, como um exemplo desse contexto, apresentam apenas 7% de sujeito nulo nos dados de Duarte (95) e, 1% em nossos dados de SP. Em POA, porém, vimos que a porcentagem de sujeito nulo em relativa é um pouco maior: 20%. A diferença entre os resultados obtidos nas duas capitais aqui pesquisadas, ou seja, o fato de termos encontrado um número maior de sujeito nulo em estruturas relativas em POA, vem reforçar a idéia de que talvez o dialeto desta localidade esteja realmente num estágio anterior em relação ao de SP no processo de mudança.

Para finalizarmos essa apresentação dos resultados para o sujeito, lembramos que os fatores relativos ao tipo de oração, ao caráter animado e àquele que trata da configuração sintática do antecedente foram selecionados pelo programa estatístico VARBRUL nas duas capitais. Isto que nos leva a crer que estes fatores estejam mais fortemente relacionados com o não- preenchimento do sujeito. Acreditamos também, que os resultados demonstrados até o momento, mesmos aqueles que não foram selecionados pelo VARBRUL, possam nos indicar quais os contextos em que o sujeito mais vem sendo preenchido em SP no decorrer da mudança do sistema pronominal.

### 3.3. O objeto

Antes de comentarmos os resultados sobre o objeto obtidos nesta pesquisa, convém relembrarmos as questões que estão envolvidas nesse tema. De início, ressaltamos que um dos pontos que ilustram de forma mais clara o distanciamento da gramática do PB da do PE é o uso do pronome objeto. Duarte (86) comenta que, diferentemente do que parece ocorrer com as demais línguas românicas, o clítico no português falado do Brasil passa por um período de crise e, em decorrência disso, alguns estariam até mesmo "ameaçados de extinção", caso do clítico acusativo de 3ª pessoa que, segundo Duarte, não é utilizado na fala dos jovens de seu corpus, os quais preferem o uso do pronome lexical pleno *ele* ou de uma categoria vazia no posição de objeto. De acordo com Galves (87), (89), dentre outros; o uso do clítico é um procedimento freqüente em PE e o uso de pronome lexical pleno *ele* em posição objeto não ocorre. Correa (91) argumenta que o uso de pronome clítico parece não ser "natural" mas sim "aprendido" em PB, relacionando seu uso à escolaridade: quanto maior seu nível, maior a naturalidade com que os clíticos são empregados. Por outro lado, a autora considera digno de nota o desaparecimento do pronome lexical pleno *ele* na escrita culta (pag.58 e 59). Quanto ao uso de categoria vazia em posição objeto, convém destacar que, de acordo com Cyrino (94), as manifestações de objeto nulo não podem ser consideradas, em todas as línguas, como decorrentes de um único tipo de estrutura, ou seja, não se pode dizer que o objeto nulo tenha um caráter homogêneo. Isto nos leva a supor que o objeto nulo atestado em PE é de natureza diferente do encontrado em PB, pois, conforme pudemos observar no capítulo 1, Raposo (86) analisa o objeto nulo do PE como variável, ou seja, um vestígio deixado pelo movimento de uma categoria vazia para a posição de COMP, onde se torna um operador nulo coindexado com o tópico do discurso, que pode ser nulo. Esta análise traz como consequência o fato de não podermos encontrar objeto nulo em estruturas

consideradas ilhas para movimento, como a relativa, por exemplo. No entanto, observamos que em PB existem ocorrências de objeto nulo mesmo com as estruturas de ilha, ao contrário do PE, em que a impossibilidade do objeto nulo nestes contextos é total, de acordo com Raposo (86). Estas discordâncias entre PB e PE traz novamente à luz a questão da emergente gramática brasileira. Observamos que tanto o (não) uso dos clíticos, como o uso do pronome lexical pleno, ou seja, o pronome tônico *ele* em posição objeto bem como o emprego da categoria vazia no PB são reflexos de uma gramática já bastante distinta da do PE. Porém, mesmo com respeito a estes aspectos da gramática brasileira, de acordo com os dados de Monteiro (91), POA e SP apresentam comportamentos radicalmente opostos. Monteiro afirma " São Paulo e Salvador são as cidades onde mais se emprega o sujeito pronominal e mais se omite o pronome objeto. No outro extremo, Porto Alegre é a cidade onde menos se emprega o pronome sujeito e a segunda no uso do objeto pronominal" (pag. 276). Essa afirmação de Monteiro nos fez querer investigar qual a posição que POA vem tendo frente às tendências da gramática brasileira. Vejamos então os resultados que obtivemos com a análise quantitativa dos dados sobre os pronomes em posição objeto.

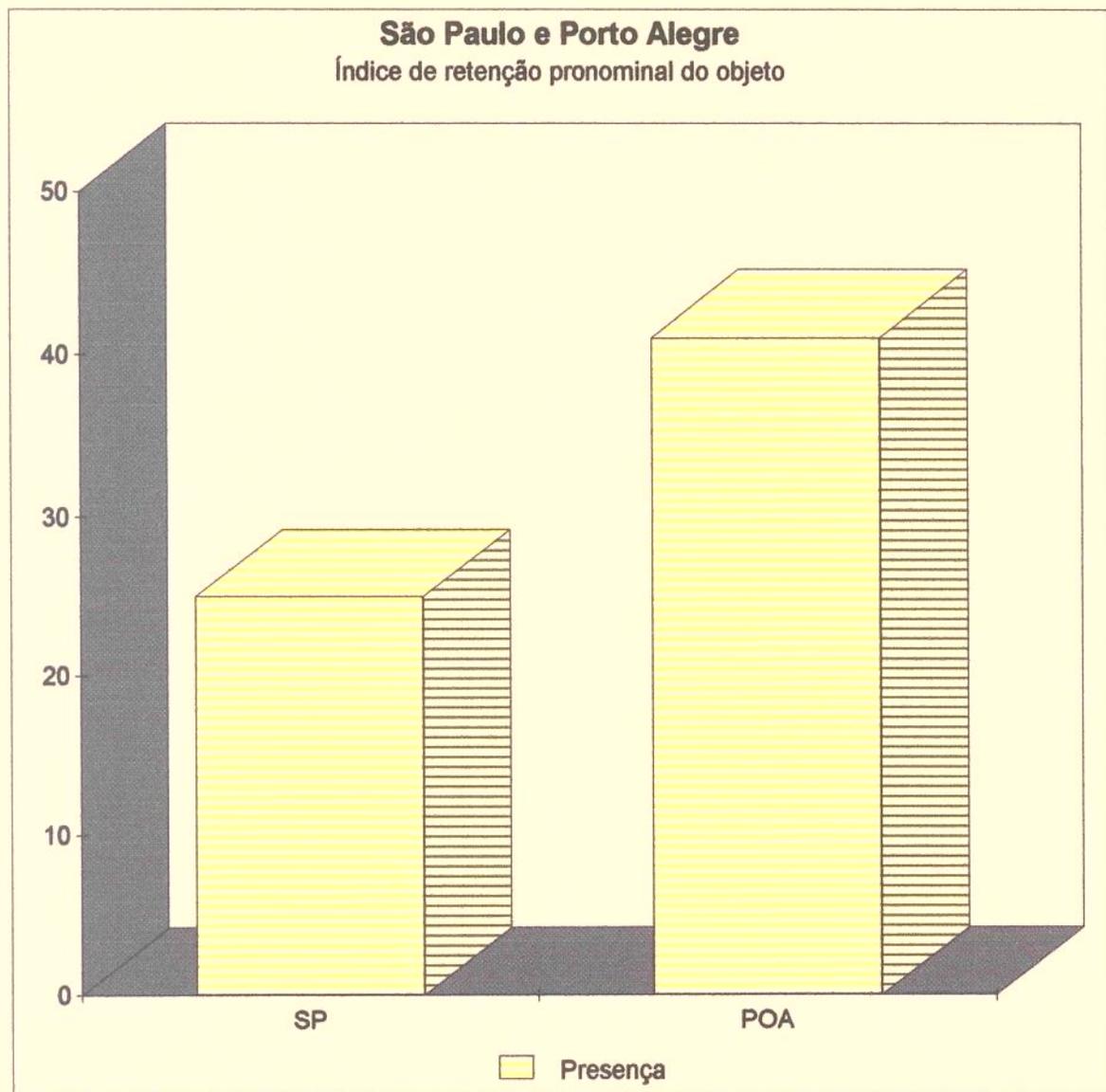
A distribuição geral dos pronomes em posição objeto encontrada nesta pesquisa foi a seguinte:

	SP		POA	
	Nº	%	Nº	%
<b>Nulo</b>	63	75,9	42	59,15
<b>Tônico</b>	1	1,2	1	1,4
<b>Clítico</b>	19	22,89	27	38,02
<b>Você(s)</b>			1	1,4
<b>Total</b>	83		71	

Tabela XIV- Distribuição geral dos pronomes em posição de objeto

Como se pôde notar, o número de ocorrências de objeto atestado em nosso *corpus* não é suficiente para que empreendamos uma análise tão embasada sobre

este tema como gostaríamos. Porém, apesar disso, apresentaremos alguns resultados que julgamos interessantes e que, de alguma forma, já foram constatados em trabalhos anteriores sobre o objeto, como os de Duarte (86), Cyrino (94), Monteiro (91), dentre outros. Vejamos o quadro abaixo que traz os resultados sobre a retenção pronominal em posição objeto:



Este gráfico ilustra a relação entre o preenchimento em SP e em POA. Enquanto SP apresenta 25% de *retenção* pronominal, POA apresenta 41%. Nos dados de Monteiro (91), as porcentagens de preenchimento do objeto são de apenas 6% em SP contra 16% em POA. (pag.271). Como se pode notar, este preenchimento se refere

basicamente aos pronomes clíticos, uma vez que há só uma ocorrência do pronome **você** em POA e apenas uma ocorrência do pronome lexical pleno **ele**, uma em cada cidade.

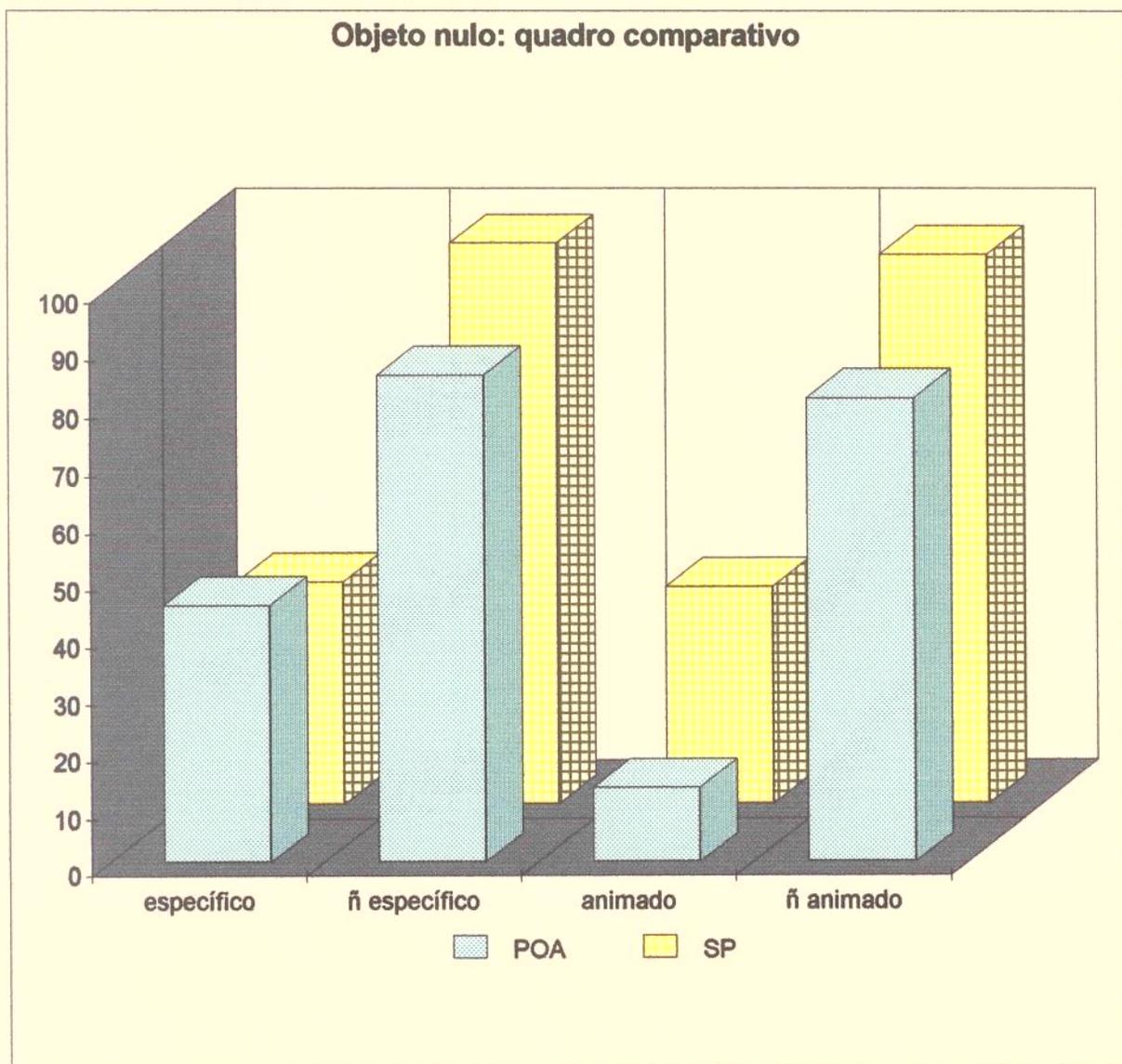
Os fatores selecionados pelo programa VARBRUL no **stepup** como fatores co-relacionados com o objeto nulo foram os que tratam da animacidade e da especificidade, além de tipo de oração em SP. A tabela abaixo traz o número de aplicação da regra sobre o total dos dados, a porcentagem e o peso relativo:

		<i>Nº/ total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso Relativo</i>
<b>POA</b>				
<b>Input= .68</b> <b>significância= .005</b>	<b>Animado</b>	03/23	13%	.16
	<b>Não animado</b>	39/48	81%	.69
	<b>Específico</b>	09/20	45%	.26
	<b>Não específico</b>	33/39	85%	.64
<b>SP</b>				
<b>input= 1.00</b> <b>significância= .004</b>	<b>Animado</b>	11/30	36%	.02
	<b>Não animado</b>	52/53	98%	.91
	<b>Específico</b>	07/18	39%	.01
	<b>Não específico</b>	56/57	98%	.83
	<b>Coordenada</b>	25/33	76%	.62
	<b>Principal</b>	21/25	84%	.85
	<b>Encaixada</b>	16/23	70%	.16
	<b>Relativa</b>	1/02	50%	.00

Tabela XV- Fatores co-relacionados com o objeto nulo selecionados no **stepup** nas duas capitais.

Podemos notar que o traço não animado e a especificidade do antecedente estão realmente co-relacionados com a ocorrência de objeto nulo. Vejamos o gráfico a seguir, que ilustra bem essa co-relação:

Objeto nulo: quadro comparativo



A presença de pronome objeto está muito mais relacionada com o traço +/- específico do antecedente em SP do que em POA, que se utiliza, até que com bastante freqüência, de pronome objeto correferindo com antecedente não-específico. Em SP, é praticamente categórico o uso da categoria vazia nesta circunstância: 98% dos casos. Vejamos os exemplos abaixo:

"é uma estrutura biológica qualquer, né, diante de **um corpo estranho** a ela, necessita absorver **o corpo** ou rejeitá-**lo**" D2POA

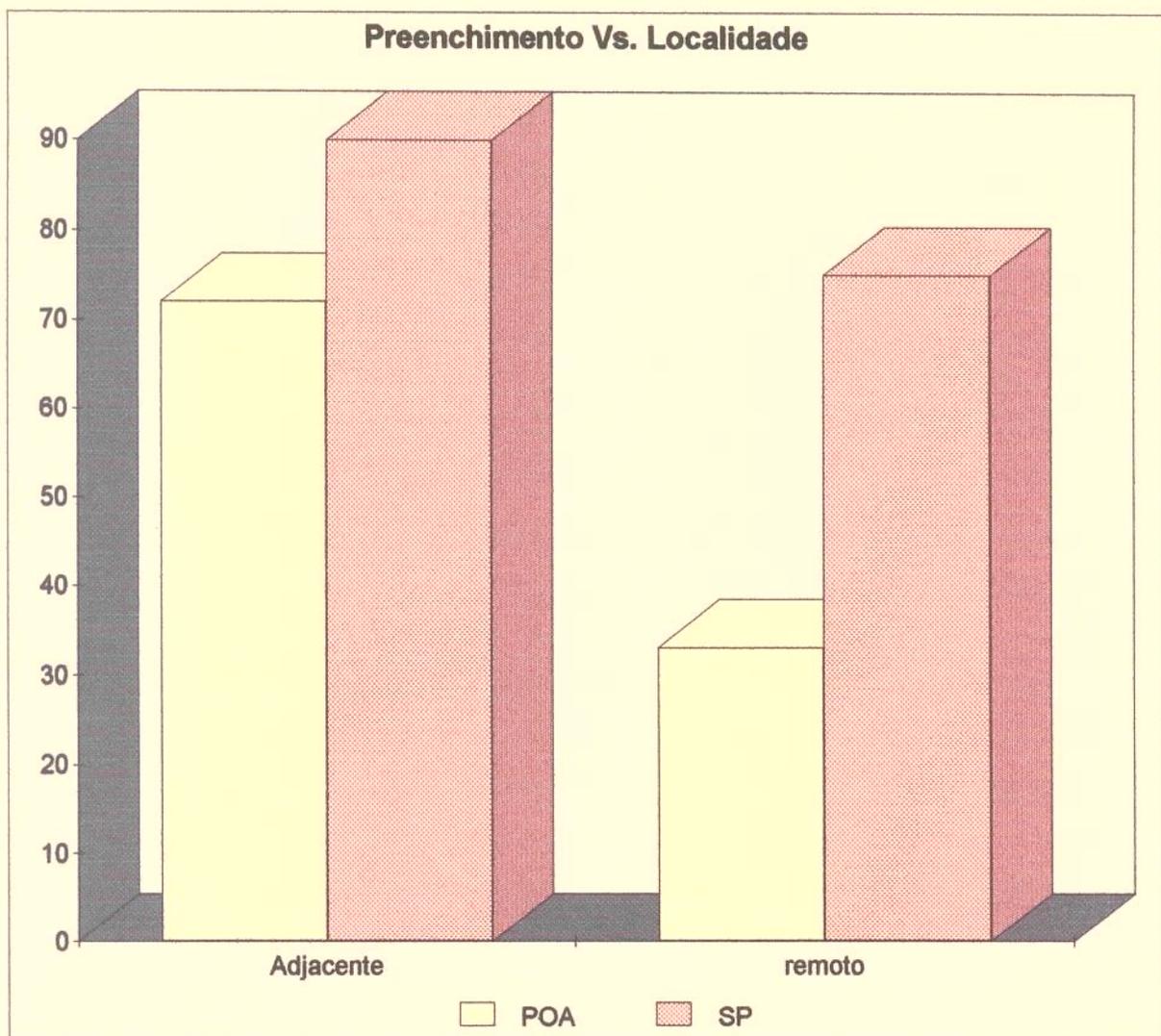
"um professor deve conhecer **uma taxionomia** e utilizá-**la**" EFPOA

"(...) mas é possível a gente olhar para elas e ainda se espantar com a qualidade da **representação** então são dois fatos diferentes... a finalidade (para o que) ela foi feita...e a capacidade artística de quem a fez...certo?" EFSP

Esses antecedentes foram considerados não-específicos, pois o falante não tem nenhum objeto específico em mente, ou seja, não está se falando de um **determinado** corpo estranho, uma **determinada** taxionomia, ou uma **determinada** representação. Acreditamos que o sentido dado a esses SNs é de "algum/qualquer".

O traço +/- animado também apresenta resultados interessantes. A influência desse fator já foi comprovada em vários trabalhos como Duarte (86) e Cyrino (94), dentre outros. Porém, além dessa variação quantitativa, observamos que o clítico empregado em POA difere bastante do empregado em SP no que se refere ao fato de ele poder correferir com um antecedente inanimado. Em POA, um pronome clítico com um antecedente inanimado, como os dos exemplos acima, apresenta 19% de ocorrência. Por outro lado, em SP encontramos apenas 2%, que corresponde a apenas um caso, o qual também se encontra transcrito nos exemplos acima.

Outro aspecto interessante diz respeito à distância entre o objeto e seu antecedente. Podemos notar quantitativamente também esta particularidade do objeto nas duas capitais. Vejamos o quadro:



Em contexto adjacente, ou seja, aquele em que antecedente se encontra de 1 a 3 orações do objeto, tanto POA quanto SP empregam pouco o pronome, a saber: 72% de objeto nulo em POA contra 90% em SP. À medida em que a distância vai aumentando, a presença do pronome também cresce, e parece que de maneira mais ou menos proporcional nas duas capitais; contudo, nos contextos remotos, ou seja, mais de três frases de distância entre o objeto e o antecedente, há que se notar a quantidade bastante grande de objetos nulos em SP: 75% contra apenas 33% de POA. Note-se também que em POA houve praticamente uma inversão na porcentagem: o objeto nulo que, em contexto adjacente, era 72% contra 28% de preenchimento passa para 33% contra 67% de preenchimento em contexto remoto; em SP, porém, isto não ocorre. Estes resultados nos levam a pensar no trabalho de Galves (87) sobre o PB

estar se transformando em uma língua orientada para o discusso, e, nesse sentido, questionar se SP não teria se desenvolvido mais como língua de tópico, estando desta forma mais próxima da gramática descrita para o PB, do que POA e, por esse motivo, permita essa correferência entre objeto e antecedente tão distantes entre si. O objeto com o antecedente em contexto imediato, ou seja, na mesma oração, como já tivemos oportunidade de comentar acima, traz uma diferença que parece ser bastante interessante: 10 casos para POA e nenhum para SP. Como já dissemos acima, esta estrutura com objeto nulo correferente ao tópico é comum até mesmo em línguas que não admitem o objeto nulo, portanto o fato de que os dados de objeto nulo em SP têm outra estrutura sintática nos faz desejar uma investigação mais profunda desse nosso objeto.

Como já dissemos acima, os resultados apresentados até o momento se referem, basicamente, aos pronomes clíticos; uma vez que ocorreram muito raramente no *corpus* outros tipos de pronome preenchendo a posição objeto. Vejamos os únicos três casos:

(*um aluno* que era cego) "...depois eu estive dentro da aula quando ele estava lá, quer dizer, todo mundo tratava *ele* igual, ele tratava todo mundo igual e era um negócio tranquilo, entende?" POA-D2

"posso estar chocando *vocês*" POA- D2

"depois à tarde volta aquele mesmo serviço certo? de atender *os clientes* é:: ora mostrando os equipamentos ora fazendo demonstração...eh ora levando *eles* na nossa filial e:: mostrando o equipamento *in loco*..." SP-D2

É provável que o número reduzido de pronome lexical *ele* em posição objeto registrado em nosso *corpus* se deva à situação comunicativa pouco espontânea dos inquiridos, pois a tendência de um maior monitoramento da fala por parte dos informantes na presença de um pesquisador e de um gravador é bastante natural. No entanto, o simples fato de se atestar a existência desse tipo de pronome em POA mostra que já não se trata mais de gramática portuguesa. Isto porque, de acordo com

Galves (87), na gramática do PE, o uso do pronome *ele* em posição objeto não existe como recurso gramatical, há somente o uso de clíticos, diferentemente do que ocorre em PB, que, segundo Duarte (86), na fala dos informantes mais jovens e dos mais velhos com baixo nível de escolaridade, não foi atestado o uso de clítico e coincidentemente, ou não, nestes mesmos grupos foram atestados os mais altos índices de uso do pronome lexical. Em nosso *corpus*, como se trata da norma culta, não temos falantes de baixo nível de escolaridade, portanto não pudemos conferir este aspecto, porém pudemos verificar que as ocorrências do pronome lexical *ele* em posição objeto foram feitas por falantes da 1ª faixa etária, ou seja, os mais jovens.

Para avaliarmos melhor a questão das variáveis sociais, observemos o quadro abaixo:

	POA		SP	
	Porcentagem	Nº total	Porcentagem	Nº total
<b>Faixa etária</b>				
1ª	63,0	29/46	91,0	30/33
2ª	71,0	12/17	64,0	30/47
3ª	13,0	1/08	100,0	3/03
<b>Tipo de inquérito</b>				
D2	55,0	21/38	68,0	38/56
DID	100,0	8/08	100,0	19/19
EF	52,0	13/25	75,0	6/08
<b>Sexo</b>				
Masculino	45,0	18/40	92,0	33/36
Feminino	77,0	24/31	64,0	30/47

Tabela XVI - Ausência de objeto e variáveis sociais

A 1ª faixa etária em SP é bastante inovadora na utilização da estratégia do objeto nulo. Porém, poderia se dizer que todas as faixas etárias em SP de modo geral estão empregando com muita frequência o objeto nulo. A diferença entre os números

da 3ª faixa etária entre SP e POA é muito significativa. Vemos que até mesmo em inquéritos tidos como formais, o índice de nulos em SP é bastante alto, resultado este que vem corroborar os de Duarte (86) que revelam a total assimilação da categoria vazia na fala informal e formal, bem como nos textos escritos. Os dados para a variável sexo apresentam uma divergência entre as duas capitais, a saber: Em POA as mulheres empregam mais o objeto nulo que os homens, 77% dos casos, enquanto que em SP os homens é que empregam mais o objeto nulo, 92% dos casos. Devemos lembrar novamente que estas variáveis sociais devem ser encaradas com um certo cuidado pelas razões mencionadas anteriormente, ou seja, o número pequeno de informantes por célula.

Os demais grupos de fatores não apresentaram, ao nosso ver, nenhum resultado digno de nota.

## Capítulo IV

### Conclusão

A Teoria Gerativa pressupõe uma gramática universal constituída de princípios universais, os quais são inatos, e de uma parte variável, em aberto, que é fixada através da experiência lingüística do falante, chamada de parâmetros. Esta proposta leva, conseqüentemente, à idéia de que a diferença entre as línguas é resultado de uma atribuição de valores paramétricos diferentes feita pela criança em seu processo de aquisição da língua materna. Assim, o fato de Tarallo (93) revelar que já no final do Século XIX poderíamos verificar a emergência de uma gramática brasileira, distante em vários aspectos da do PE, significa, segundo a teoria gerativa, que as crianças brasileiras do século passado ficaram expostas a evidências suficientemente fortes de uma outra gramática, isto é, a brasileira, que as fazia atribuir valores paramétricos diferentes dos atribuídos pelas crianças portuguesas. Um dos parâmetros alterados nessa nova gramática brasileira diz respeito ao sistema pronominal. Dentre as descrições feitas para o PB, uma das mais interessantes é a que retrata o preenchimento cada vez mais freqüente do sujeito e, em contraposição, o desaparecimento acelerado dos clíticos, ou melhor dito, o esvaziamento do objeto. Porém, no estudo de Monteiro (91) sobre o sistema pronominal brasileiro, vimos, de um lado, que POA se encontrava na contra mão das mudanças anunciadas para o PB, e de outro lado, SP se encontrava na linha de frente, puxando toda essa mudança.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi o de verificar se as diferenças regionais atestadas por Monteiro (91) configurariam gramáticas distintas ou se se tratavam de variações permitidas no interior de um mesmo sistema. Ou seja, se Poa apresentava uma gramática diferente da descrita para o PB, permanecendo, desta forma, fiel à portuguesa ou se as diferenças observadas constituiriam apenas variações possíveis dentro dessa nova gramática do PB.

Partindo destas reflexões foi que iniciamos nossa pesquisa. No capítulo 1, apresentamos alguns trabalhos que tratam de questões relativas ao sistema pronominal a fim de dar uma introdução geral ao tema deste nosso estudo.

No segundo capítulo, esclarecemos a procedência da amostra utilizada bem como os métodos que nortearam a sua composição, durante a seleção dos dados.

O capítulo três trouxe os resultados da análise quantitativa a que os dados foram submetidos. Nosso intuito era o de analisar os resultados obtidos à luz dos estudos já realizados sobre o tema. Nosso ponto de partida é a idéia de que existe de fato uma gramática brasileira, de acordo com Tarallo (93), Galves (87), (93), dentre outros. Galves (98) corrobora esta idéia ao dizer que "do ponto de vista da língua-l, ou seja da gramática, o PE e o PB são duas línguas diferentes". Isso posto, iniciamos nossos questionamentos analisando um dos aspectos mais significativos dentre as diferenças entre o PB e o PE, ou seja, a sintaxe pronominal. Para tanto, no que diz respeito ao sujeito, nos baseamos nos trabalhos de Duarte (95) e de Figueiredo Silva (96), dentre outros, os quais analisam o sujeito nulo e, quanto ao objeto, tomamos os estudos de Duarte (86), Correa (91), Galves (97), Cyrino (94), dentre outros, em que o comportamento diferenciado do objeto em PB em relação ao PE fica bastante evidente, para nos orientar em nossa pesquisa. É o estudo de Monteiro (91), no entanto, que coloca nossa discussão no plano das diferenças regionais do Brasil. Como dissemos acima, Monteiro constatou uma divergência quanto ao emprego pronominal nas posições de sujeito e de objeto entre SP e POA de tal forma significativa que pareceu-nos importante colocar em relação as diferenças regionais e as mudanças ocorridas no PB em direção a uma gramática própria. A fim de

investigarmos essa questão, selecionamos alguns aspectos que caracterizam de maneira clara a nova gramática brasileira para observar como se comportavam SP e POA quanto a eles.

O primeiro aspecto que observamos foi o uso de pronome lexical pleno em posição de objeto, fato que distingue o PB não só do PE como também das demais línguas românicas. Constatamos que existe a ocorrência desse pronome tanto em POA quanto em SP. Embora esse uso do pronome pleno *ele* com função de objeto ocorra em número bastante reduzido, isto provavelmente devido ao monitoramento da fala exercido pelo informante, primeiramente por estar numa situação comunicativa não muito espontânea e também por ser um uso estigmatizado socialmente, o simples fato de termos atestado sua ocorrência já demonstra claramente que tanto POA quanto SP estão produzindo sentenças que são previstas pela gramática brasileira, porém, totalmente inexistentes no PE.

O segundo aspecto observado diz respeito às construções de tópico nas quais o SN que se encontra no início da frase é duplicado pelo pronome "lembrete". Estas estruturas, chamadas de duplo sujeito por Duarte (95), atestam a importância do tópico em PB e apontam uma diferença entre PB e PE que é de ordem tipológica. Galves (87) já defendia a hipótese do PB ter se transformado numa "língua orientada para o discurso" enquanto que o PE seria melhor classificado como "língua orientada para a sentença". Segundo Duarte (95), estruturas como o duplo sujeito, já atestadas não só com a 3ª pessoa, mas também com a 1ª e a 2ª, denunciam as consequências provocadas pela perda do Princípio Evite Pronome em PB. Verificamos com nossa análise dos dados que estas estruturas, embora mais frequentes em SP, são encontradas também em POA.

Observamos também as estruturas relativas e notamos uma impossibilidade quase categórica de sujeito nulo em tais contextos em PB. Entendemos que este fato se deve a restrições de natureza sintática que bloqueiam a relação entre o sujeito nulo da relativa e o SN antecedente. Em PE, de acordo com Duarte (95), as relativas também constituem um dos contextos em que o sujeito nulo é menos empregado.

Porém, o fato de que a gramática do PE ainda produza com certa frequência este tipo de estrutura enquanto que no PB ela é praticamente inexistente revela que há mais restrições atuando sobre ela em PB do que em PE; há, portanto, uma relação entre a frequência e as restrições. De acordo com Galves (98) "a frequência também reflete o estatuto diferente associado a certos elementos na oração", ou seja, talvez a gramática do PE atribua algum estatuto diferente a elementos da estrutura relativa em contraposição ao que é atribuído pela gramática do PB. Ao analisar esse tipo de estrutura em nosso *corpus*, constatamos que efetivamente não havia diferenças entre SP e POA quanto a esse aspecto. Embora as porcentagens de sujeito nulo em relativas tenha sido maior em POA (20% contra apenas 1% de SP), observamos que a maioria das ocorrências havia sido produzida por um único falante e, em grande parte dos casos, se tratava também de várias repetições de um mesmo tipo de estrutura com 1ª pessoa de plural, como por exemplo:

"...o mundo em que (e) vivemos..."

o que nos fez concluir que, na verdade, não existem diferenças significativas entre as duas capitais quanto ao emprego do sujeito nulo nas estruturas relativas.

Outro aspecto importante que observamos foi, de um lado, a utilização restrita do pronome clítico: 19 ocorrência de um total de 83 em SP, ou seja, 22,89%; e 27 de um total de 71 em POA, ou seja, 38,02%; estes números são baixos, considerando que se referem a totalidade dos clíticos encontrados, isto é, clíticos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas e, de outro lado, a frequência alta da categoria vazia nas duas variantes (75% em SP e 59% em POA). Tendo como base para a análise os estudos de Correa (91) e Duarte (86), o índice de clíticos não nos surpreendeu, uma vez que o clítico de 3ª pessoa está extinto na fala dos jovens e na dos menos escolarizados, mas na fala dos informantes mais velhos e com um alto grau de escolarização, que é o caso dos informantes do NURC, ele ainda sobrevive, mesmo que modestamente e o uso do clítico de 1ª pessoa singular e plural (*me, nos*) foi o que contribuiu para que o índice aumentasse um pouco. A categoria vazia utilizada como um mecanismo para suprir a falta dos clíticos também era um procedimento esperado, uma vez que Duarte (86) já

havia constatado esse fenômeno. Note-se, portanto, que nossos resultados revelam que a situação atestada em SP e POA está em conformidade com as descrições feitas sobre o PB.

Enfim, a análise destes aspectos que temos apresentado até o momento nos levou a concluir que, apesar de encontrarmos uma variação, em alguns pontos até bastante significativa, entre as duas capitais, as divergências encontradas entre as duas capitais pesquisadas não são de ordem paramétrica, mas sim apenas reflexos de uma diferença no nível de implementação da mudança; uma vez que todos os fenômenos verificados em SP foram também atestados em POA. Outro aspecto que gostaríamos de salientar é o fato de o VARBRUL ter selecionado a faixa etária dos falantes como o grupo de fatores mais significativo para POA, o que, a nosso ver, é um indício bastante forte de que POA está vivendo o processo de mudança, ou seja, a faixa etária mais jovem está forçando a implementação da nova gramática em POA.

Com respeito ao enfraquecimento da concordância, acreditamos ainda que esta seja a causa das mudanças observadas em PB. No que se refere às duas capitais aqui pesquisadas, pudemos concluir que, apesar da constatação de uma lado da presença do pronome de 2ª pessoa só nos dados de POA, fato que a princípio nos faria supor que POA possuísse uma concordância forte, que fizesse a oposição entre as três pessoas do discurso e por outro lado do uso mais freqüente do pronome você e da expressão a gente em SP, fato que desencadeia a erosão no sistema flexional, verificamos que os números sobre a retenção pronominal são praticamente iguais para SP e POA. A partir destas constatações, poderíamos, a princípio, escolher entre dois caminhos de análise, quais sejam: poderíamos postular que o fenômeno do enfraquecimento da concordância não estaria relacionado com as mudanças superficiais observadas, uma vez que SP, mesmo possuindo uma concordância fraca, apresenta um índice de retenção pronominal em posição sujeito muito próximos aos apresentados por POA; uma outra posição seria questionar se POA realmente possui uma concordância forte, ou seja, se o pronome *tu* em POA pode realmente ser considerado como 2ª pessoa. Esta segunda linha nos pareceu mais razoável, pois,

ao analisar os dados do corpus, constatamos que os falantes de POA não concordam o verbo com a 2ª pessoa em muitos casos. Ilari et alii (1996) também descreve este fato da seguinte maneira: " Dos onze casos de *tu* em POA, cinco trouxeram a marca de segunda pessoa também no verbo, dois trouxeram o verbo na terceira pessoa e os quatro restantes deixaram dúvidas na audição, fato que a transcrição registra" um pouco mais adiante ele diz que o uso desse pronome é fundamentalmente regional e que uma tarefa bastante complexa seria a de "descrever estruturalmente o fenômeno, esclarecendo, por exemplo, que pessoa do verbo ocorre com *tu*. No nosso *corpus*, como se observou, *tu* ocorre não só com a segunda pessoa do verbo mas também com a terceira". Este fato é suficiente para nos fazer desconfiar que talvez o pronome *tu* seja interpretado pelos gaúchos da mesma forma que o *você* é interpretado pelos paulistanos. E, sendo assim, tanto POA quanto SP estariam sofrendo os efeitos do enfraquecimento da concordância. Duarte (95) aponta que, de acordo com os resultados apresentados pela maioria dos trabalhos variacionistas, as diferenças dialetais são mais freqüentemente de ordem lexical ou fonológica do que sintática. (Duarte (95) nota 2, cap. 1). Neste sentido, podemos concluir que a diferença *tu/você* pode ser melhor entendida como uma diferença localizada no plano lexical, principalmente se o pronome *tu* for empregado com verbo na 3ª pessoa, porque, segundo a nota 1 do capítulo 2 de Duarte (95), tem-se notícia de que quando empregado desta maneira, o pronome não é omitido, como ocorre com *você*.

O maior objetivo que poderíamos desejar com esta dissertação seria o de dar alguma contribuição para o desenvolvimento das pesquisas em torno do objeto nulo, do parâmetro *pro drop* e das questões relacionadas à variação. Atingir este objetivo é um projeto tão audacioso que, mesmo não conseguindo atingi-lo plenamente, se o tivermos atingido em uma modesta parte, ficamos bastante satisfeitos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, M. B. & GALVES, C. "Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-morfológica". In: CASTILHO, A. e BASÍLIO, M. (eds). *Gramática do português falado vol. IV*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996, p. 273-319.
- CASTILHO, Ataliba T. de & PRETI, Dino. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, vol I, Elocuções formais*. SP, Quirós/FAPESP, 1986.
- CASTILHO, Ataliba T. de & PRETI, Dino. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, vol II, Diálogo entre dois informantes*. SP, Quirós/FAPESP, 1987.
- CORREA, Vilma R. *O objeto nulo no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1991.
- CYRINO, Sônia M. L. "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objetos nulos e clíticos". In ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, p. 163-184.
- CYRINO, Sônia M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1994.
- DU BOIS, John W. "Beyond definiteness: the trace of identity in discourse". In: CHAFE, Wallace (ed.). *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood, New Jersey, Ablex, 1980, p. 203-274.
- DUARTE, M. Eugênia L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil: variação e sintaxe*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1986.
- DUARTE, M. Eugênia L. "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil". In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas, Ed. Pontes, 1989, p.19-34.
- DUARTE, M. Eugênia L. "Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil". In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, p.107-128.
- DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1995.
- FIGUEIREDO SILVA, M. Cristina. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

- GALVES, Charlotte C. *A sintaxe do português brasileiro*. Ensaios de lingüística nº 13, 1987, p. 31-50.
- GALVES, Charlotte C. *O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa*. Cadernos de estudos lingüísticos nº 17, 1989, p. 65-90.
- GALVES, Charlotte C. "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro". In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, p. 387-408.
- GALVES, Charlotte C. *Clitiques et accord en portugais du Brésil*. ms, UNICAMP, 1994.
- GALVES, Charlotte C. "La syntaxe pronominale du portugais brésilien et la typologie des pronoms". In: ZRIBI-HERTZ, A. (org.). *Les Pronoms*. St. Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 1997, p.11-34.
- GALVES, Charlotte C. "A gramática do português brasileiro". In: *Línguas e Instrumentos lingüísticos* nº 1. Ed. Pontes, 1998, p. 79-94.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASSAN, R. *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
- ILARI, R. et alii. "Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise". In: CASTILHO, A. & BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do português falado vol IV: estudos descritivos*. Campinas, Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996.
- JAEGGLI, O. & SAFIR, K. "The null subject parameter and parametric theory". In: JAEGGLI, O. & SAFIR, K. (eds). *The null subject parameter*. Dordrecht, Kluwer, 1987, p. 1-43.
- KATO, Mary A. "The distribution of pronouns and null elements in object position in brasilian portuguese". In: ASHBY, W. , MITHUN, M. , PERISSINOTO, G. P. & RAPOSO, E. (orgs.). *Linguistic perspectives on the romance languages*. Amsterdam, John Benjamins, 1993.
- KATO, Mary A. "A theory of nul objects and the development of a brazilian child grammar". In: TRACY, Rosemarie & LATTEY, Elsa (orgs.). *How tolerant is universal grammar? Essays on language learnability and language variation*. Tübingen, Alemanha, Max Niermeyer Verlag, 1994.
- KATO, Mary. A. *Tópicos como alçamento de predicados secundários*. Ms, UNICAMP, 1997.
- LYONS, John. *Semantics*. Cambridge, Cambridge University, 1977.
- MONTEIRO, José. L. *Os pronomes pessoais no português brasileiro*. Tese de doutorado, UFRJ, 1991.

- NEGRÃO, Esmeralda V. & Müller, Ana L. *As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas?* D.E.L.T.A., vol.12 nº 1, 1996, p. 125-152.
- PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, vol III, Entrevistas (diálogos entre informante e documentador)*. SP, Queirós/FAPESP, 1988.
- PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, vol IV, Estudos*. SP, Queirós/FAPESP, 1990.
- RAPOSO, Eduardo P. "On the null object in european portuguese". In: JAEGGLI, O. & SILVA-CORVALÁN, C. (orgs.). *Studies in romance languages*. Dordrecht, Foris, 1986.
- TARALLO, Fernando. "Turning different at the turn of the cenury: 19th century brazilian portuguese". In: GUY, G., BAUGH, G. & SCHIFFRIN, D. *Festschrift to William Labov*, 1992.
- TARALLO, Fernando. "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX". In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, 69-105.
- TARALLO, Fernando & KATO, Mary A. "Harmonia tran-sistêmica: variação intra e interlingüística". In: *Preedição 5*. Campinas, UNICAMP, 1989, p. 315-353.